



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

LUCAS SOARES DA SILVA

**Investigação sobre a arquitetura da informação da biblioteca digital  
do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:  
sistemas de navegação em foco**

LUCAS SOARES DA SILVA

**Investigação sobre a arquitetura da informação da biblioteca digital  
do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:  
sistemas de navegação em foco**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB).

**Orientador:** Professor Doutor Márcio Bezerra da Silva

Brasília – DF  
2017

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i	<p>Silva, Lucas Soares da.</p> <p>Investigação sobre a arquitetura da informação da biblioteca digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região : sistemas de navegação em foco / Lucas Soares da Silva. – 2017. 85 f. : il.</p> <p>Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2017. Orientador: Professor Doutor Márcio Bezerra da Silva.</p> <p>1. Informação. 2. Arquitetura da Informação. 3. Sistemas de Navegação. 4. Biblioteca digital. 5. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. I. Da Silva, Márcio Bezerra. II. Título.</p> <p>CDU 002:004</p>
-------	--



**Título: Investigação sobre a arquitetura da informação da biblioteca digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região: sistemas de navegação em foco.**

**Aluno: Lucas Soares da Silva.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 07 de julho de 2017.

**Márcio Bezerra da Silva** - Orientador  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Mestre em Ciência da Informação

**Cláudio Gottschalg Duque** – Membro  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutor em Ciência da Informação

**Ernani Rufino dos Santos Júnior** – Membro externo  
Bibliotecário da Câmara dos Deputados  
Mestre em Ciência da Informação

Dedico à minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha mãe por todo carinho, amor e ensinamentos ao longo da minha vida e, principalmente, por todo o esforço empenhado para proporcionar as melhores condições possíveis para que eu pudesse alcançar meus objetivos, e por sempre me incentivar e me apoiar na realização dos meus projetos.

Aos meus irmãos Paulo Victor e Diego por todo apreço e companheirismo, pois sempre estiveram ao meu lado, nos momentos de alegria ou dificuldades.

Aos meus familiares, pai, tios, tias, primos, primas e avó, que me apoiam e acreditam no meu sucesso. Aos parentes que se foram, mas que serão para sempre lembrados por nós.

À minha sobrinha Júlia Carolina por alegrar a vida de todos após seu nascimento.

Aos funcionários da biblioteca do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), onde tive o prazer de fazer estágio por quase dois anos, em um período de muito aprendizado, em que tive a honra de conviver com profissionais exemplares.

Ao meu orientador Márcio Bezerra da Silva, por toda a paciência e compreensão durante a elaboração da monografia.

Aos professores da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), por todo ensinamento passado durante os anos de graduação e por me ensinarem o valor da área que escolhi para atuar.

Aos amigos que fiz durante esses anos de curso, pois foram parte fundamental para que esta caminhada se tornasse menos árdua, compartilhando momentos de alegria e companheirismo.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram nesta jornada.

Muito obrigado!

“A mente que se abre a uma nova ideia  
jamais voltará ao seu tamanho original”.

(ALBERT EINSTEIN)

## RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a biblioteca digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (BDTRF1) com base na arquitetura da informação (AI), centrada nos sistemas de navegação. Adota, como referencial teórico, discussões sobre informação, AI e biblioteca digital. Apresenta um percurso metodológico formalizado pelo método indutivo, pelas técnicas de pesquisa exploratória, bibliográfica e observação, e pela abordagem de coleta de dados qualitativa. Constata, a partir da análise dos sistemas de navegação da BDTRF1 e comparações entre a navegação da citada biblioteca e a proposta dos autores Morville e Rosenfeld (2006), que alguns recursos navegacionais, abordados na fundamentação teórica, estão contemplados no ambiente da BDTRF1 e outros não, abrindo o prisma de propostas/reformulações de melhoria à navegação, contemplados em seis sugestões em consonância com os preceitos defendidos Morville e Rosenfeld (2006). Concluiu-se que analisar a BDTRF1 à luz dos sistemas de navegação de Morville e Rosenfeld (2006) foi fundamental para identificar contemplações e problemas na interface navegacional, ao passo de substanciar sugestões de melhorias à navegação, inferindo-se que a BDTRF1 apresenta uma proposta de navegação mediana, que atende parcialmente aos preceitos dos referenciais teóricos supracitados.

**Palavras-chave:** Informação. Arquitetura da Informação. Sistemas de navegação. Biblioteca digital. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## ABSTRACT

The investigation aims to analyze the digital library of the Federal Regional Court of the 1st Region (DLFRC1) based on information architecture (IA), focused on navigation systems. Adopts, as theoretical reference, discussions about information, IA and digital library. Presents a methodological course formalized by the inductive method, by exploratory, bibliographic and observation research techniques and by the qualitative data collection approach. Notes, from the analysis of the navigation systems of the DLFRC1 and comparisons between the navigation of the citadel and the proposal of the authors Morville and Rosenfeld (2006), some navigable resources, addressed in the theoretical basis, are contemplated in the environment of the DLFRC1 and others not, opening the prism of proposals/reformulations of better to navigation, contemplated in six suggestions in line with the precepts defended Morville and Rosenfeld (2006). Concluded that to analyze the BDTRF1 in the light of the navigation systems of Morville and Rosenfeld (2006) was fundamental to identify contemplations and problems in the navigation interface, while to present suggestions of improvements in navigation, inferring that the BDTRF1 have a proposal of navigation which partially meets the precepts of the theoretical references mentioned above.

**Keywords:** Information. Information Architecture. Navigation system. Digital library. Regional Federal Court of the 1st Region.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Sistemas de navegação embutidos	26
<b>Figura 2</b>	Exemplo de navegação global	27
<b>Figura 3</b>	Exemplo de navegação local	27
<b>Figura 4</b>	Exemplo de navegação contextual	28
<b>Figura 5</b>	Sistemas de navegação suplementares	29
<b>Figura 6</b>	Exemplo de mapa de <i>website</i>	29
<b>Figura 7</b>	Exemplo de índice	30
<b>Figura 8</b>	Exemplo de guia na forma de tutorial	31
<b>Figura 9</b>	Exemplo de <i>links</i> visitados e não visitados	32
<b>Figura 10</b>	Exemplo de URL de destino na barra de status	32
<b>Figura 11</b>	Exemplo de recurso “Você está aqui”	33
<b>Figura 12</b>	Página inicial da BDM	39
<b>Figura 13</b>	Página inicial da BDSF	40
<b>Figura 14</b>	Página inicial da BDTD	41
<b>Figura 15</b>	Página inicial da Biblioteca Virtual de Literatura	41
<b>Figura 16</b>	Navegação global da BDTRF1	48
<b>Figura 17</b>	Navegação local da BDTRF1	49
<b>Figura 18</b>	Conteúdos da barra de navegação local da BDTRF1	50
<b>Figura 19</b>	Espécie de mapa de <i>website</i> na BDTRF1	51
<b>Figura 20</b>	Índice na página de navegação por assunto da BDTRF1	52
<b>Figura 21</b>	Guia de como pesquisar na BDTRF1	53
<b>Figura 22</b>	URL de destinos na BDTRF1 em diferentes navegadores	54
<b>Figura 23</b>	Formatações dos <i>links</i> visitados e não visitados na BDTRF1	55
<b>Figura 24</b>	Recurso de localização “Você está aqui” na BDTRF1	56
<b>Figura 25</b>	Proposta para a navegação global	57
<b>Figura 26</b>	Proposta para a navegação contextual	57
<b>Figura 27</b>	Proposta para o mapa do <i>website</i>	59
<b>Figura 28</b>	Proposta de rótulo para o mapa do <i>website</i>	59
<b>Figura 29</b>	Proposta de índice	60
<b>Figura 30</b>	Proposta de guia	61
<b>Figura 31</b>	Proposta de rótulo para o guia	62
<b>Figura 32</b>	Proposta de formatação de <i>links</i> visitados e não visitados	63

## LISTA DE SIGLAS

AI	Arquitetura da Informação
ARL	<i>Association of Research Libraries</i>
BCE	Biblioteca Central
BD	Bancos de Dados
BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BDSF	Biblioteca Digital do Senado Federal
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDTRF1	Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
BN	Biblioteca Nacional
CC	Ciência da Computação
CD-ROM	<i>Compact Disc-Read Only Memory</i>
CI	Ciência da Informação
CPAI	Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação
Dibib	Divisão de Biblioteca e Acervo Documental
DLF	<i>Digital Library Federation</i>
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
GC	Gestão do Conhecimento
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
OI	Organização da Informação
PC	<i>Personal Computer</i>
RI	Recuperação da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
UnB	Universidade de Brasília
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
WWW	<i>World Wide Web</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	16
1.2 JUSTIFICATIVA .....	17
1.3 OBJETIVOS .....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	18
2.1 INFORMAÇÃO .....	18
2.2 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO .....	21
<b>2.2.1 Sistema de Navegação</b> .....	26
2.3 BIBLIOTECA DIGITAL .....	33
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	43
3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA .....	43
3.2 CAMPO DA PESQUISA .....	45
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	47
4.1 SISTEMAS EMBUTIDOS .....	47
4.2 SISTEMAS SUPLEMENTARES .....	50
4.3 NAVEGADORES .....	53
4.4 LOCALIZAÇÃO .....	55
4.5 PROPOSTAS DE MELHORIA À NAVEGAÇÃO .....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>ANEXO A</b> .....	71
<b>ANEXO B</b> .....	76

## 1 INTRODUÇÃO

Em tempos recentes são notórias algumas mudanças nas características das sociedades, especialmente na forma como as pessoas produzem e consomem informação, elemento compreendido por Capurro e Hjørland (2007) no sentido de conhecimento comunicado, como fenômeno básico de toda sociedade humana.

A partir do surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de suas conseqüentes influências na humanidade, o impacto da informação na sociedade torna-se ainda mais latente. Neste sentido, ainda conforme Capurro e Hjørland (2007), é justamente pelas TIC que a nossa sociedade passa a ser caracterizada como uma sociedade da informação. A sociedade da informação ou “sociedade informacional”, segundo Castells (2010), envolve as novas tecnologias da informação como integrantes de um mundo em redes globais, com a comunicação mediada através de computadores.

Conceituadas como “[...] conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações” (MIRANDA, 2007, p. 43), as TIC aumentaram a produção de informação, inclusive em diferentes suportes e circulando em vários meios de comunicação. Entre os exemplos de TIC, o mais significativo refere-se ao advento da Internet, também conhecida como a maior rede mundial de computadores, especialmente a partir da *world wide web* (WWW), conceituada como “[...] um acervo universal de páginas da Web (*Web pages*) interligadas por vínculos (*links*), as quais fornecem ao usuário informações de um completo banco de dados multimídia, utilizando a Internet como mecanismo de transporte” (SAWAYA, 1999, p. 516).

A informação que antes era apresentada tradicionalmente na forma impressa passou a assumir o formato digital, exigindo que ambientes como os *websites*, por exemplo, se preocupassem com a maneira como a informação será apresentada, acessada e recuperada pelos usuários. O citado panorama vai em direção ao campo de estudo intitulado arquitetura da informação (AI), entendido como um meio pelo qual as informações são organizadas em um ambiente digital dinamicamente estruturado, de tal modo que o usuário as acesse sem maiores dificuldades.

Para Morville e Rosenfeld (2006, p. 4), AI representa “O *design* estrutural de ambientes de informação compartilhados”. Dessa forma, os elementos de AI podem ser analisados do ponto de vista de Morville e Rosenfeld (2006), pois são elencados

quatro componentes que envolvem a estruturação de *websites*, a saber: sistema de rotulagem (formas de representação); sistema de organização (agrupamento de conteúdo); sistema de navegação (maneiras de navegar); e sistema de busca (realizar consultas).

A forma como AI se preocupa com a informação, com base em seus quatro sistemas, é um reflexo de ações tradicionalmente realizadas pelas bibliotecas físicas, tais como a catalogação<sup>1</sup>, a indexação<sup>2</sup>, a classificação<sup>3</sup>, a recuperação<sup>4</sup> e a disseminação<sup>5</sup> de informação, aos quais transcenderam aos ambientes digitais no caminho evolutivo dos recentes adventos das TIC. Sendo assim, surge a biblioteca digital, considerada um espaço que busca refletir as características de sua Instituição com fins de disponibilizar a informação para certa comunidade, preservá-la para gerações futuras e tornar fácil o acesso às coleções de um acervo. Conforme a *Digital Library Federation (DLF)* (1998), as bibliotecas digitais se realizam a partir da seleção, estruturação, distribuição, preservação e garantia longínqua de acesso às obras digitais para uma comunidade.

Entre os inúmeros exemplos de biblioteca digital é possível citar um espaço oferecido pela biblioteca do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No ano de 2014, o referido espaço, ou seja, a biblioteca digital do TRF1 (BDTRF1), foi implementada com o objetivo de reunir publicações administrativas tais como atos administrativos, produção intelectual de magistrados e servidores, entre outros. Entretanto, a preocupação da Instituição não se limita em ajuntar suas publicações, mas em permitir que o seu acervo digital seja acessado e recuperado pelos usuários do TRF1.

A supracitada preocupação vai ao encontro do pensamento de Oliveira (2012) ao observar uma notória preocupação com o usuário final. Segundo o autor, o atendimento às necessidades de informação do indivíduo constitui um elemento central nas definições mais discutidas na literatura sobre AI.

---

<sup>1</sup> Processo técnico para registro e descrição de itens tendo em vista a organização de catálogos. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 70)

<sup>2</sup> Representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 193)

<sup>3</sup> Conjunto de operações efetuadas para ordenação dos itens de uma coleção, de acordo com um esquema racional pré-determinado. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 84)

<sup>4</sup> A recuperação de dados, informação ou documentos de uma coleção ou acervo a partir de um pedido formulado. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 307)

<sup>5</sup> Difusão de informações ou documentos distribuídos a pessoas ou entidades, a partir de um ponto central de armazenamento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 130)

Em suma, a utilização dos elementos da AI podem apresentar subsídios que melhorem a experiência do usuário em uma biblioteca digital. Para tanto, na presente pesquisa, compreender a BDTRF1, do ponto de vista da AI, parte do alinhamento às características levantadas por Rosenfeld e Morville (2006) em sua obra intitulada “*information architecture for the world wide web: designing large-scale web sites*”.

Diante do contexto apresentado, este estudo está estruturado da seguinte maneira: o capítulo inicial apresenta a introdução, a problematização, a justificativa e os objetivos da pesquisa; no capítulo dois está dissertada a fundamentação teórica, abordando elementos que compõem o conceito de informação, AI com ênfase nos sistemas de navegação e biblioteca digital; no capítulo três delimita-se a metodologia do presente estudo; no capítulo quatro são analisadas as características navegacionais da BDTRF1 conforme os sistemas de navegação de Morville e Rosenfeld (2006); e o último capítulo reflete-se às considerações finais e aspirações para estudos futuros.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A AI é um campo de estudo que pode melhorar a experiência de navegação em um ambiente digital, facilitando a usabilidade<sup>6</sup>, acessibilidade<sup>7</sup> e recuperabilidade de informação em um *website*. Nas palavras de Morville e Rosenfeld (2006, p. 4), AI é “A arte e a ciência de moldar experiências de produtos de informação para apoiar usabilidade e encontrabilidade”. O conceito apresentado está em consonância com as obrigações mínimas que uma biblioteca digital deve possuir para oferecer uma experiência agradável ao usuário. Pensando desta forma, entre a forma como a informação será organizada e acessada está a navegação, ou seja, o caminho a ser percorrido pelo usuário para atender a sua necessidade, trilha que estimula preocupações na BDTRF1.

Na eminência de analisar a estrutura de navegação oferecida pela BDTRF1, surge os seguintes problemas de pesquisa: *Como se apresentam os sistemas de navegação da biblioteca digital? Quais são os elementos dos sistemas de*

---

<sup>6</sup> Facilidade com que um catálogo de biblioteca, índice, base de dados bibliográficos e outros tipos de recursos informacionais podem ser utilizados pelo usuário. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 372)

<sup>7</sup> Possibilidade de o usuário obter, rápida e corretamente, a informação que procura. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 2)

*navegação, propostos por Morville e Rosenfeld, que estão contemplados na AI da biblioteca digital? De que forma a navegação da biblioteca digital poderia ser melhorada a partir do modelo de Morville e Rosenfeld?*

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O interesse particular em estudar a AI em ambientes digitais foi sendo construído ao longo da disciplina “Planejamento de Sistemas de Informação”, no semestre 2014.1, do curso de biblioteconomia, da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), especificamente quando o professor, que ministrava a disciplina, convidou uma profissional que trabalha na área de AI para realizar uma palestra, abordando características gerais, bem como sua importância para melhorar a experiência do usuário durante a navegação em um *website*.

No período de estágio na biblioteca do TRF1, no setor da biblioteca digital, entre os anos de 2014 e 2016, criou-se um interesse pela AI, neste caso, com ênfase em compreender o funcionamento da navegação da biblioteca digital da Instituição. O interesse pessoal por esse estudo aumentou após observar, em um primeiro momento, dificuldades de navegação pelo ambiente por alguns usuários que nunca haviam utilizado, ou não tinham o costume de acessar a biblioteca digital, ocasionando dúvidas para realizar buscas e encontrar as informações desejadas.

Somando as supracitadas experiências, buscou-se levantar certa leitura sobre o assunto, verificando um panorama de destaque ao livro dos autores Peter Morville e Louis Rosenfeld pela quantidade de citações em produções como os artigos científicos, inclusive sobre aspectos que envolvem a navegação de *websites*, o que motivou a sua escolha como o referencial básico para analisar a AI da BDTRF1.

## 1.3 OBJETIVOS

Na busca em responder as problematizações da presente pesquisa, de forma geral, objetiva-se analisar a BDTRF1 com base na AI. Especificamente, este trabalho objetiva elencar modelos de bibliotecas digitais, analisar a BDTRF1 segundo o sistema de navegação e propor práticas favoráveis à navegação da BDTRF1.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trata-se de uma etapa essencial do trabalho, pois “[...] representa a base teórica a partir da qual será feita a análise de dados da pesquisa” (AZEVEDO, 2016, p. 5). Nesse sentido, o trabalho visa abordar conteúdos relacionados ao tema da pesquisa. Portanto, para o embasamento deste trabalho, procura-se abordar definições sobre os temas: informação, AI com ênfase no sistema de navegação e biblioteca digital.

### 2.1 INFORMAÇÃO

Ao longo da história da humanidade, a informação tem assumindo um importante papel na sociedade, principalmente após a evolução das TIC, ocasionando no aumento crescente na quantidade de informação produzida e compartilhada. A presente indução faz com que a informação se apresente como item de pesquisa em diversas áreas, adquirindo diversos significados e consolidando-se como um termo interdisciplinar.

O conceito de informação foi acompanhando o desenvolvimento das sociedades. De forma ampla, informação pode ser definida como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade” (BARRETO, 1996, p. 2). Ainda segundo Barreto (1996), informação é um instrumento que modifica a consciência do homem e de seu grupo social.

Com o tempo, o elemento informação foi sendo conceituado como um objeto de investigação científica, recebendo influências de um contexto pós-moderno, porém com o objetivo de reduzir as ambiguidades em torno do seu sentido. Neste caminho, por meio da espécie de uma explosão informacional e do surgimento da ciência da informação (CI), observou-se uma mudança no conceito de informação, ou seja, passou a ser encarado como um conhecimento inscrito em algum tipo de suporte, impresso ou digital, que possui um elemento de sentido e depende de um ser ou vários sujeitos para compreender a mensagem.

Na biblioteconomia e na CI, assim como, “atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 160), informação vem

sendo um objeto de estudo, inclusive com discussões sobre o seu conceito, entretanto, independente da variedade de definições, Le Coadic (1996, p. 5) defende que “[...] retenhamos desse amplo espectro de conceitos apenas aquele que está relacionado com a cognição e a comunicação humana”.

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), informação pode ser qualquer coisa que possui significância para responder uma questão. Ela deve ser definida em relação às necessidades de grupos-alvo, visando responder questões importantes sobre as atividades destes grupos. Os autores complementam a ideia de que atividades como coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação devem ser apoiadas em visões ou teorias a respeito dos problemas, questões e objetivos que a informação deverá atender.

Para Le Coadic (1996), informação é um conhecimento inscrito sob a forma escrita, oral ou audiovisual, em um suporte que pode ser tanto impresso ou digital. O autor aborda a ideia de informação como um elemento de sentido, ou seja, um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal. Essa ideia, da informação ligada ao conhecimento, é compartilhada por Capurro e Hjørland (2007) ao observarem que o conceito de informação está intimamente ligado a visões sobre o conhecimento, pensamento que deve ser considerado para analisar o conceito de informação em CI.

Uma significativa contribuição para compreender o conceito de informação em biblioteconomia e CI foi dada por Capurro no ano de 2003, em um texto apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), evento de maior destaque na área de CI brasileira. Neste texto, Capurro (2003) apresenta três paradigmas da CI, a saber: físico, cognitivo e social. Com base em Araújo (2010), o modelo físico diz respeito à dimensão material da informação, por exemplo, sua existência sensível, inscrita em algum tipo de suporte. Já o modelo cognitivo considera o estado de conhecimento para definir a informação, pois não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento, mas o que está na mente dos usuários. Por último, o paradigma social trata de um modelo que vê a informação como fenômeno social, inclusive em crítica ao modelo cognitivo. Dessa forma, informação não é produto de uma mente única, mas é construída pela intervenção de vários sujeitos, que pode ser informativo em um momento, mas em outro não, que tem relevância para um grupo, mas para outro não etc.

O conceito de informação também pode ser discutido na ótica dos impactos provocados pelo desenvolvimento das TIC, que de acordo com Cruz (1998, p. 20) “é todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar dados e ou informações [...]”. Castells (2010, p. 67) inclui entre as TIC “[...] o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica”. Dessa maneira, entende-se por TIC a junção entre as tecnologias relacionadas à computação e telecomunicação, com o objetivo de processar informação e comunicar.

Novas tecnologias de informação, especialmente no campo da Informática, revolucionaram o conceito de informação no fim do século XX. Armazenamento, tratamento, conservação e recuperação podiam ser feitas automaticamente e as redes de informação permitiam uma difusão informacional nunca vista. O próprio modelo de informação também se transformou. (SIQUEIRA, 2010, p. 62)

Surge então a chamada sociedade da informação por meio da evolução da eletrônica, da informática e das TIC, especialmente pelo advento da Internet enquanto uma rede global de computadores, causando uma significativa explosão na quantidade de informações produzidas. Para Castells (2010, p. 68), a sociedade da informação é caracterizada pela transformação tecnológica, ao afirmar que:

[...] expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida.

Enquanto combustível na formalização do cenário vivenciado pela sociedade da informação, ao passo que complementa a visão de Castells, Le Coadic (1996, p. 6) defende que:

O advento da eletrônica (que se traduziu pela transição dos suportes materiais para suportes imateriais), seguido da informática e do desenvolvimento da comunicação de informações à distância (telecomunicações) só fizeram reforçar essas tendências.

A evolução das tecnologias moldou a forma de tratar, disponibilizar e acessar a informação, enquanto que expandia os meios de comunicação a partir da Internet. Em um contexto de superação das barreiras físicas, a transmissão de informação passou a ser realizada em grandes distâncias e em um curto período de tempo via,

por exemplo, *websites*, *blogs*, *e-mails*, redes sociais digitais, etc. Assim como a facilitação foi sendo promovida pelas ferramentas de comunicação, especialmente as de paradigma gratuito, e de fácil manuseio, foi constituindo um desafio aos profissionais diante de uma nova explosão informacional, permeadas por páginas da *web*, por vezes, de confusa compreensão. Neste caso, a preocupação com a estruturação desses ambientes foi aumentando, indo ao encontro dos componentes investigados e promovidos pela AI, pois apresentam elementos que buscam transformar os *websites* melhor compreendidos quanto à forma como as informações são representadas, classificadas, disponibilizadas e recuperadas, e chegar-se a plena interação entre o usuário e a interface do sistema.

## 2.2 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

O advento das TIC potencializou a disseminação de informação. Por meio da Internet, por exemplo, o acesso a informação tornou-se mais dinâmico e contínuo, pois existe uma variedade de meios para tal ação, como os *websites*.

Se por um lado, as tecnologias facilitaram o acesso à informação, por outro, alguns ambientes criados digitalmente não promovem essa facilitação diante de uma interface por vezes não amigável, apresentando e organizando a informação de uma maneira não compreensível ao usuário, impactando negativamente nos processos de navegação e recuperação<sup>8</sup>. Nesta problemática surge a AI, intencionada em abordar elementos necessários para a estruturação eficiente de *websites*.

A origem da AI surge com o arquiteto Richard Saul Wurman, apresentado, brevemente, por Siqueira (2012, p. 122, destaque do autor) da seguinte forma:

Os termos *Information Architecture* e *Information Architect* foram criados por Richard Saul Wurman durante a realização da convenção de 1976 da *American Institute of Architects*, o tema original do evento foi *The Architecture of Information*. Mais tarde, em 1997, Wurman (1997) consolidaria sua visão sobre o conceito no livro "*Information Architecture*", no qual apresenta o trabalho de 20 arquitetos cujos trabalhos estão relacionados a ilustração, diagramas, publicações, ergonomia de software e exposições relacionadas ao tratamento da Informação.

---

<sup>8</sup> As discussões iniciam-se com Vannevar Bush em 1945, no artigo *As We May Think*, ao levantar questões sobre a recuperação e o acesso de informação. Para Bush (1945, p. 2, tradução nossa), "um documento para ser útil à ciência deve ser continuamente estendido, deve ser armazenado e, acima de tudo, deve ser consultado". Mas foi a partir Calvin Mooers que a Recuperação da Informação (RI) se tornou área de estudo. Para Mooers (1950, p. 2-3, tradução nossa) a RI "é a descoberta e a localização das informações armazenadas para que possam ser usadas".

Para Robredo (2008), Wurman<sup>9</sup> introduziu as expressões “arquiteto da informação” e “arquitetura da informação”, incorporadas rapidamente ao vocabulário de um novo tipo de profissional, de acordo com o correspondente cenário:

[...] se espalham com rapidez entre os novos profissionais embalados pelo dinamismo de empresas cada vez mais competitivas, os quais, frequentemente oriundos das escolas de ciência da informação, onde a ênfase numa forte fundamentação informática se generaliza, descobrem o potencial da Internet para criar uma interface que facilite a comunicação com os usuários e/ou clientes. (ROBREDO, 2008, p. 120)

O termo “arquitetura da informação” é conhecido por possuir uma variedade de conceitos, acarretando em “[...] problemas em sua definição, em face da variedade de conceitos relacionados a ela” (SIQUEIRA, 2012, p. 121). Apesar desta circunstância, Camargo (2004, p. 30) percebe que existe um ponto em comum entre essas definições, defendendo que:

[...] os autores enfatizam que a arquitetura da informação é utilizada para estruturar dados, utilizando métodos ou mapas com elementos para organizar as informações de forma prioritária, isto é, arquiteturas da informação são diretrizes para elaborar uma estrutura informacional consistente. Os autores também abordam a organização dos dados com o objetivo de facilitar o caminho para o usuário chegar até a informação.

É possível observar certa preocupação da AI em relação à forma de organização do conteúdo informacional dos ambientes, como as bibliotecas digitais, pois este tipo de espaço precisa ser estrategicamente elaborado para que as ações de navegação e busca sejam eficientes.

A arquitetura da informação, de um modo geral, unifica os métodos de organização, classificação e recuperação de informação advindos da área de Biblioteconomia, com a exibição espacial da área de Arquitetura, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, em especial, da Internet. Ela pode auxiliar os profissionais envolvidos no desenvolvimento de bibliotecas digitais, fornecendo um ‘mapa’ com diretrizes básicas para serem implantadas. A utilização de uma arquitetura pode facilitar o processo de desenvolvimento, auxiliar na estruturação das informações e permitir a implantação de um serviço de personalização em bibliotecas digitais. (CAMARGO, 2004, p. 29-30)

---

<sup>9</sup> O arquiteto e *designer* gráfico americano Richard Saul Wurman é considerado o criador da AI. Com base em seu próprio *website* (2017), graduou-se na Universidade de Pensilvânia com as maiores honras, projetou e publicou 90 livros sobre temas diferentes, além de criar e presidir a conferências como a *Technology, Entertainment, Design* (TED), de 1984 a 2002, e a conferência *Technology, Entertainment, Design Medicine* (TEDMED), de 1995 a 2010.

Conforme Lacerda (2005, p. 164), “a Arquitetura da Informação pode ser vista como um conjunto de métodos e técnicas para o desenho de ambientes de informação, aplicável a qualquer ambiente informacional”. Morville e Rosenfeld (2006, p. 4, tradução nossa), trazendo à discussão as expressões “estrutura”, “*design*” e “arte”, conceituam AI com base em quatro pontos. São eles:

1. O *design* estrutural de ambientes de informação compartilhado;
2. A combinação dos sistemas de organização, rotulação, busca e navegação em *websites* e intranets;
3. A arte e a ciência de moldar produtos de informação e experiências para apoiar a usabilidade e a encontrabilidade;
4. Disciplina emergente e uma comunidade prática focada em trazer os princípios de *design* e arquitetura aos espaços digitais.

A AI é uma área conhecida por ter um amplo campo de disciplinas estreitamente relacionadas no enfoque da informação. Morville e Rosenfeld (2006, p. 19, tradução nossa) apontam que “[...] qualquer campo focado na informação e seu uso, é uma boa fonte de arquitetos da informação”. Sobre a AI, Morville e Rosenfeld (2006) ainda defendem que a lista de disciplinas que constituem está longe de ser completa, pois existe uma variedade de profissionais que lidam com ela, em uma diversidade de áreas. Entre as áreas, são elencadas o *design* gráfico e *design* de informações; CI e biblioteconomia; jornalismo; engenharia de usabilidade; *marketing*; ciência da computação (CC); escrita técnica; arquitetura; gestão de produtos, etc.

Em meio a tantas disciplinas, Batley (2007) foca no contexto da AI aos profissionais da informação e estabelece duas áreas básicas, ou seja, enquanto a primeira diz respeito ao gerenciamento de informações e seus principais elementos de registro e organização da informação (OI), por ações como indexação, catalogação e classificação; a segunda área trata do *design* de sistemas de informação, fornecendo interfaces atraentes e intuitivas frente às necessidades dos usuários.

Diante da importância da OI nos recentes ambientes digitais, encontra-se na Ciência da Informação (CI) um arcabouço teórico e interdisciplinar que nos permite compreender a supracitada ação para além de uma técnica usada em bibliotecas físicas, mas uma forma de estruturar a informação em websites, pensamento que vai ao encontro da Arquitetura da Informação (AI). (DA SILVA; MIRANDA, 2016, p. 3)

Lima-Marques e Lacerda (2006) apontam uma relação entre a AI e a gestão do conhecimento (GC) ao afirmarem que função de qualquer AI seria estruturar o ambiente informacional para viabilizar os processos de gestão, ocasionando uma economia de recursos e o aumento de eficiência da organização, pois a informação se torna prontamente acessível. Diante da referida aproximação, Lima-Marques e Lacerda (2006, p. 250) apresentam os papéis da AI e da GC, a saber:

[...] cabe à arquitetura da informação a especificação de sistemas e informação com base na análise do contexto, dos conteúdos e do uso [...]. À gestão do conhecimento, por sua vez, cabe definir estratégias de coleta e uso das informações no processo decisório.

Em suma, a AI faz uso de várias áreas do conhecimento para estruturar os ambientes digitais, assim como defende Reis (2007, p. 63) conforme a devida afirmação:

A Arquitetura de Informação não se preocupa apenas com a organização da informação, mas também com a sua apresentação. Ela cria no website um ambiente de informação por onde o usuário pode se mover (navegar) para, como em uma biblioteca, encontrar as informações que precisa de forma organizada. (REIS, 2007, p. 63)

As supracitadas disciplinas convergem para a realização da AI, materializado em um modelo proposto por Morville e Rosenfeld (2006), ao qual possui quatro componentes (sistemas) que devem ser levados em consideração na estruturação de *websites*: organização, rotulação, navegação e busca.

O sistema de organização tem a ver com a forma como as informações de um *website* são apresentadas, isto é, classificadas/categorizadas, de maneira compreensível aos anseios dos usuários. Especificamente, o sistema de organização é composto por duas partes de análise: dificuldades na organização da informação, ao qual determina as características dos itens de conteúdo e influencia no agrupamento lógico desses itens; e os esquemas da informação que, entre exatos e ambíguos (MORVILLE; ROSENFELD, 2006).

No sistema de rotulação olha-se para a forma como as informações serão representadas a partir de rótulos, “pedaços” maiores de informação em um *website*, funcionando como um atalho, um indicativo, para que o usuário decida sobre a navegação. Objetiva-se apresentar as informações de maneira eficiente, sem ocupar espaço em demasia na página (MORVILLE; ROSENFELD, 2006).

Quanto ao sistema de busca, relaciona-se com a forma de procurar a informação desejada. Para tanto, os *websites* devem realizar as etapas de um processo de busca de informações de maneira cautelosa, pois alguns usuários preferem navegar pelo *website* do que utilizar a caixa de pesquisa devido a possibilidade do resultado de pesquisa ser exaustivo e, inclusive, em uma interface não intuitiva/compreensível. Com isso, faz-se necessário pensar com atenção antes de fazer um *website* ser pesquisável (MORVILLE, ROSENFELD, 2006).

Por sua vez, o sistema de navegação ajuda aos usuários se moverem pelos conteúdos do *website*. Tem a ver com a forma de se mover pelas informações ali contidas. Seu objetivo é fazer com que os usuários tenham facilidade ao explorar a página de tal forma que não se sintam confusos, frustrados ou perdidos, em uma direção crescente de satisfação a cada passo dado, a cada descoberta, ao longo da navegação. Para tanto, deve-se salientar que os elementos de rotulagem, navegação e busca contribuem diretamente em uma navegação efetiva (MORVILLE, ROSENFELD, 2006).

Em relação aos quatro componentes supramencionados, Da Silva e Miranda (2016, p. 10) partem do pressuposto de que estes almejam o equilíbrio entre os anseios informacionais dos mais diversos usuários, ao afirmarem que:

[...] buscam equilibrar as necessidades de usuários que variam entre os mais diversos objetivos de negócios e necessidades informacionais, alguns buscam um pleno gerenciamento de seus conteúdos e suas políticas, enquanto uma parcela de profissionais foca em questões que envolvem a ambiguidade e complexidade das informações disponibilizadas nos ambientes digitais.

Entre os sistemas elencados, destaca-se aqui o componente de navegação por se tratar de um campo de grande impacto na experiência do usuário, que vai desde o primeiro contato com o *website* até a sua satisfação quanto às necessidades informacionais. Neste sentido, na presente pesquisa, utiliza-se como base teórica de discussão o sistema de navegação, indo ao encontro da compreensão sobre os mecanismos utilizados pela BDTRF1 na experiência de navegação em seu *website*.

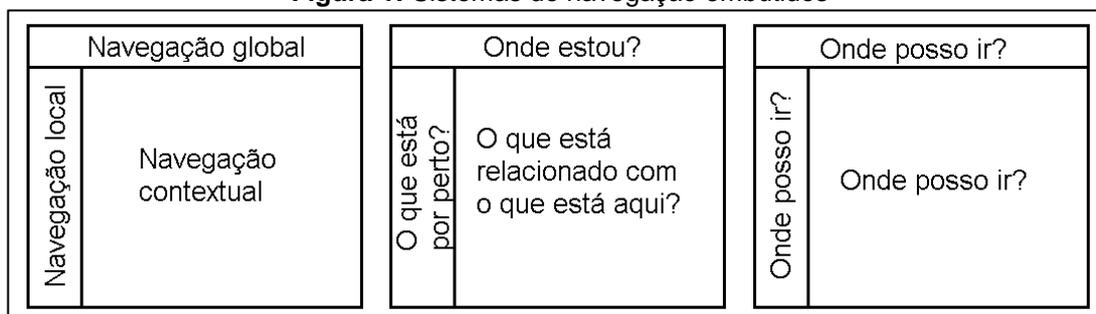
## 2.2.1 Sistema de Navegação

A navegação está relacionada com a experiência do usuário. Conforme Nielsen (1999), seria uma espécie de orientação no caminhar de um *website* a partir das respostas de três perguntas básicas:

- Onde estou?
- Onde estive?
- Para onde vou?

Segundo Morville e Rosenfeld (2006), ficar perdido em um *website* pode ser confuso e frustrante. Para tanto, adota-se um sistema de navegação, que por sua vez é composto por elementos básicos (ou subsistemas), estruturados em duas partes. Em primeiro lugar, o sistema de navegação é dividido em global, local e contextual, aos quais são acomodados nos próprios *websites* (figura 1).

**Figura 1:** Sistemas de navegação embutidos



Fonte: Morville e Rosenfeld (2006, p. 116).

O sistema de navegação global deve estar presente nos *websites* e, muitas vezes, implementado como uma barra de navegação localizada na parte superior de cada página (figura 2). Essa barra de navegação pode ter várias formas e tamanhos, ofertando, no mínimo, um *link* para a página inicial e outras partes do ambiente, como o espaço de pesquisa, independentemente em qual parte do *website* o usuário esteja (MORVILLE, ROSENFELD, 2006).

Na linha de Morville e Rosenfeld (2006), Reis (2007, p. 95) afirma que a barra de navegação global é uma “barra com uma sequência de links para as áreas chaves do website, as grandes categorias do sistema de organização”.

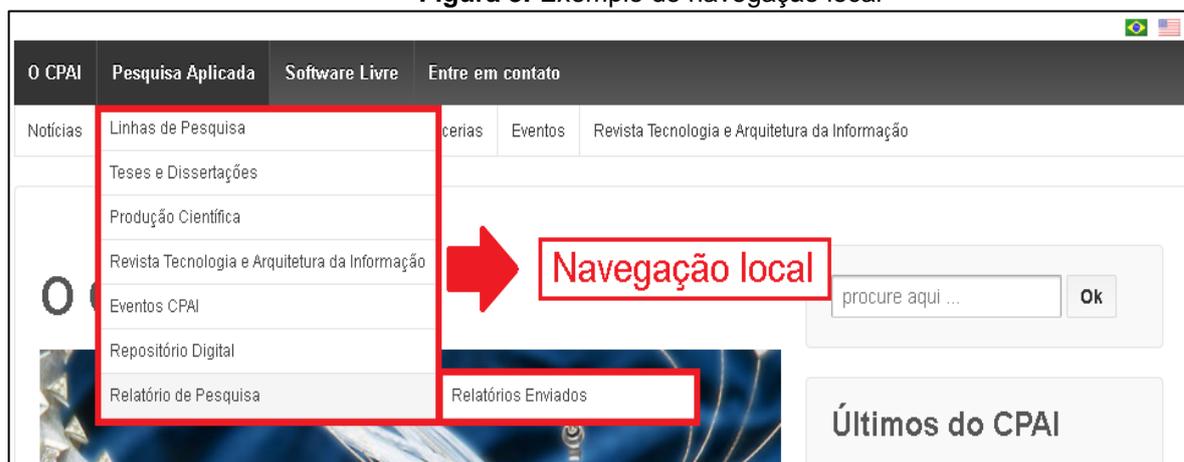
**Figura 2:** Exemplo de navegação global



Fonte: Biblioteca Central (BCE)<sup>10</sup> (2017).

O sistema de navegação local, segundo Morville e Rosenfeld (2006), é utilizado como um complemento do sistema de navegação global, ao qual permite aos usuários explorarem a área do *website* de forma imediata. Observe o exemplo apresentado na figura 3.

**Figura 3:** Exemplo de navegação local



Fonte: Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação (CPAI)<sup>11</sup> (2017).

De acordo com Reis (2007, p. 95), esse sistema constitui “[...] links para páginas que estão próximas na estrutura do website à página que está sendo visitada, como páginas irmãs, filhas e pais”.

<sup>10</sup> Site: <http://www.bce.unb.br/>

<sup>11</sup> Site: <http://cpai.unb.br/>

De acordo com Morville e Rosenfeld (2006), a navegação contextual é utilizada quando algum conteúdo não se encaixa nas categorias de navegação global ou local, objetivando criar *links* para uma determinada página, documento ou objeto, internamente ou externamente ao *website* (figura 4).

**Figura 4:** Exemplo de navegação contextual

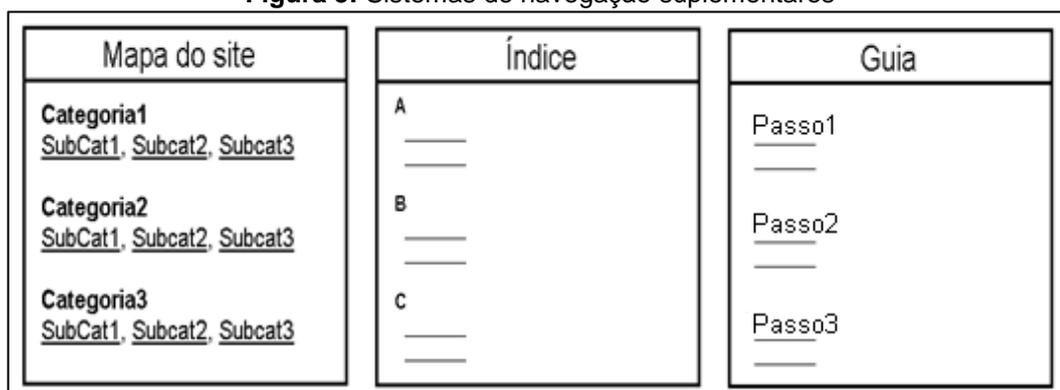


Fonte: Curso de Biblioteconomia da FCI/UnB<sup>12</sup> (2017).

No que se refere a segunda parte de um sistema de navegação, existem os sistemas suplementares, ou seja, que dizem respeito ao mapa do *website*, geralmente apresentados no formato de índices e/ou guias. Neste caso, vale salientar que os sistemas de navegação suplementares geralmente remetem a informações que estão internamente nos *websites* (figura 5). Segundo Morville e Rosenfeld (2006, p.131, tradução nossa), esses sistemas “[...] fornecem formas complementares de encontrar conteúdo e completar tarefas”.

<sup>12</sup> Site: <http://www.biblioteconomia.fci.unb.br/>

**Figura 5:** Sistemas de navegação suplementares



Fonte: Morville e Rosenfeld (2006, p. 116).

Um mapa de *website* oferece uma visão geral do ambiente de tal forma que facilite o acesso ao conteúdo por meio de níveis de hierarquia de informações, exemplificados por *links* gráficos ou listas em texto, por exemplo, com o objetivo de promover o acesso direto às páginas do *website* (figura 6).

**Figura 6:** Exemplo de mapa de *website*

A imagem mostra a interface do site da Biblioteca Nacional (BN). No topo, há o logo da BN e o nome "Biblioteca Nacional". Abaixo, há uma barra de busca e uma lista de menus. O elemento "Mapa do site" no menu principal está destacado com um retângulo vermelho. Abaixo dele, há ícones de redes sociais e uma descrição: "A seguir, veja como está organizado o sítio da Biblioteca Nacional.".

Um retângulo vermelho maior envolve a lista de itens do mapa do site, que inclui:

- Acesso à informação
  - Institucional
  - Ações e Programas
  - Auditorias
  - Relatórios de Gestão
  - Convênios
  - Despesas
  - Contratos
  - Perguntas frequentes
  - Informações classificadas
  - Servidores
  - Serviço de Informação ao Cidadão
- Sobre a BN
  - Apresentação
  - Histórico
  - Endereços e atendimento
  - Competências e atividades
    - Preservação
    - Coleta e registro
    - Difusão
  - Doações
    - Proposta de doação
  - Depósito Legal
  - Acordos de cooperação e parcerias

Uma seta vermelha aponta da lista para um retângulo preto com o texto "Mapa do website" em vermelho.

Fonte: Biblioteca Nacional (BN)<sup>13</sup> (2017).

<sup>13</sup> Site: <http://www.bn.gov.br/>

Com base na visão de Reis (2007, p. 96), a navegação suplementar “tem a função de apresentar toda a estrutura analítica do website e permitir acesso direto a qualquer página”.

Os índices são utilizados com palavras-chave ou frases alfabeticamente organizadas, sem apresentar uma hierarquia (figura 7). São utilizados por usuários que já sabem e/ou tem alguma noção sobre o nome (rótulo) do item que estão procurando. Os itens possuem *links* que encaminham o usuário diretamente para as páginas de destino. Segundo Reis (2007, p. 97), “são listas de palavras chaves, em ordem alfabética, relacionadas ao conteúdo do website”.

Figura 7: Exemplo de índice

The screenshot shows the Seattle Public Library website. At the top, there is a navigation menu with links: Home, Audiences, Using the Library, Library Collection, Calendar of Events, Locations, and About the Library. Below the menu is a 'Site Index' section. On the left, there are search options: 'SEARCH THE LIBRARY' with radio buttons for 'Catalog', 'This Site', and 'Articles', and a 'Find' button. Below that is 'Advanced Search Options' and 'Site Map'. On the right, there is a 'BROWSE' section with links for 'Articles & Research', 'E-books & Downloads', and 'Books & More'. Next to it is a 'LIBRARY LOCATOR' section with a 'Select a Branch' dropdown and a 'Go' button. The main content area is titled 'SITE INDEX' and contains a search box with 'Google Custom Search' and a 'Search' button. Below the search box is an alphabetical index from A to Z. A red box highlights the 'SITE INDEX' section, and a red arrow points to it with the text 'Índice do website'.

Fonte: The Seattle Public Library<sup>14</sup> (2017).

<sup>14</sup> Site: <http://www.spl.org/>

Os guias são ferramentas que complementam os meios existentes de navegação, com a função de direcionar os usuários aos conteúdos e funcionalidades de um *website*. Para tanto, podem ser feitas pelas formas de visitas guiadas ou tutoriais (figura 8). De acordo com Morville e Rosenfeld (2006, p. 136, tradução nossa) “[...] os guias complementam os meios existentes de navegação e a compreensão do conteúdo do site”.

Figura 8: Exemplo de guia na forma de tutorial

The screenshot shows the Internet Shakespeare Editions website. The main navigation bar includes 'Plays & Poems', 'Life & Times', 'Performance', 'Scene', and 'Resources'. A sidebar on the left contains a 'Toolbox' with a search box and 'Cite this page' link, and a 'Page contents' menu with links to 'The subject catalog', 'The building', 'The', 'The', 'The', 'Using the multimedia resources', 'Sound files', and 'Video files'. A 'Reading Room' section on the right has sub-links for 'Foyer', 'Library', 'Theater', and 'Annex'. A red-bordered box is overlaid on the page, containing the following text:

**How to Use this Site** → **"Como usar este website"**

The site uses two ways of navigating. One is like looking through a subject catalog in a library, the other like finding your way through a building. The subject catalog is at the top of your screen; buttons to visit the parts of the building are to the left.

The subject menu includes links to two further tools for navigating:

1. The **site map**, which lists major topics
2. The **search page**, from which you may search the entire site, or specific areas within it.

Some areas of the site have local menus.

The subject catalog

Accessible from a menu beneath the top banner, the subject areas collect useful links do different areas of the site.

**Plays & Poems**  
Links to the home pages for each of the plays and poems. You can look for them alphabetically, chronologically, or by the way they were first published.

**Life & Times**  
A full and detailed exploration of Shakespeare's life and the context of the period in which he was writing: the stage, society, history and politics, the current belief systems, the background in literature, music, and art, and full chronology and bibliography.

**Performance**  
A searchable database of performance materials from over 1000 film and stage productions related to Shakespeare's works. View online such items as director's notes, images of stage and

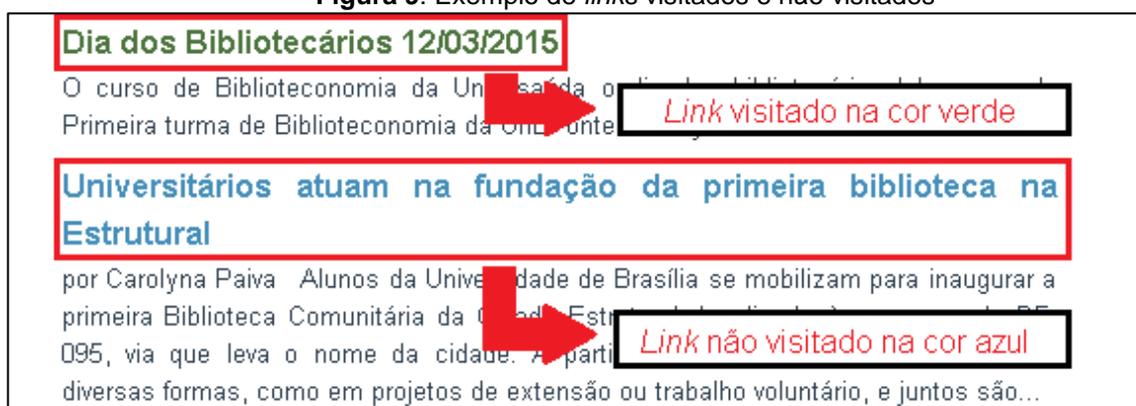
**Tutorial em forma de texto explicando como utilizar o website**

Fonte: Internet Shakespeare Editions (ISE)<sup>15</sup> (2017).

<sup>15</sup> Site: <http://internetshakespeare.uvic.ca/>

Morville e Rosenfeld (2006) atentam para o fato de que é importante considerar como o ambiente se comportará conforme as características dos *browsers* (navegadores), pois são integrados com recursos de navegação. Por exemplo, *links* de hipertexto visitados, ou não, possuem cores (formatações) diferentes (figura 9), facilitando a localização do usuário no *website*, inclusive ajudando-o a refazer seus passos quanto a avançar a outra página e/ou retornar ao ponto onde se encontrava anteriormente.

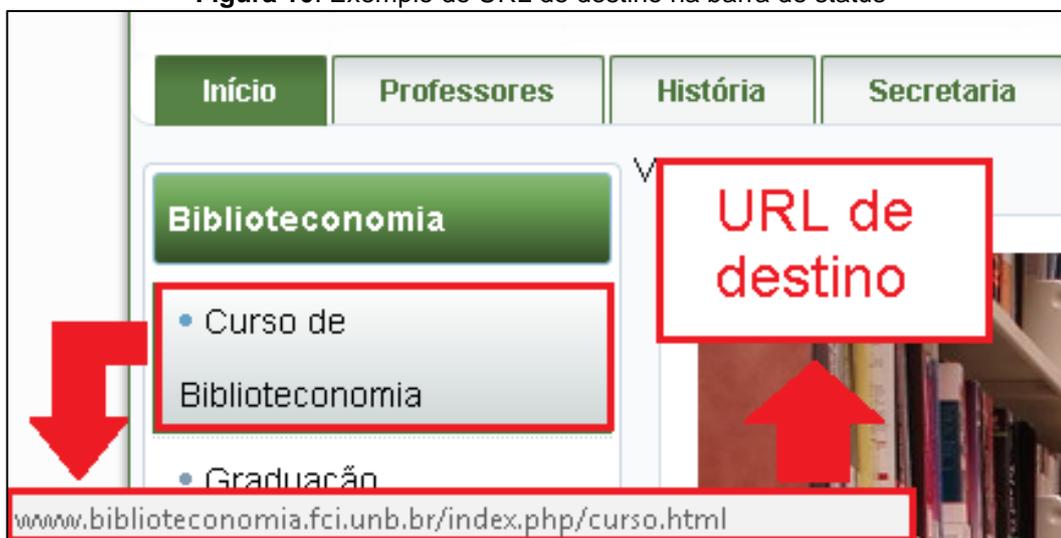
**Figura 9:** Exemplo de *links* visitados e não visitados



Fonte: Curso de Biblioteconomia da FCI/UnB (2017).

Outro exemplo de como os *browsers* afetam na forma de navegação dos usuários é o recurso em que o usuário “passa” o cursor do *mouse* sobre um *link* de hipertexto (figura 10).

**Figura 10:** Exemplo de URL de destino na barra de status



Fonte: Curso de Biblioteconomia da FCI/UnB (2017).

O *uniform resource locator* (URL) do *website* surgirá na parte inferior da tela (barra de status) (figura 10), de tal forma que o usuário tenha uma visão do endereço destinado sem que precise acessá-lo antes e assim decidir sobre o caminho a ser adotado na navegação.

Outro aspecto importante para a AI de um *website*, segundo Morville e Rosenfeld (2006), é o recurso “Você está aqui” (figura 11). Uma das características da navegação hipertextual é que os usuários podem ser transportados a algum local do *website* que não previa, não conhecem, ficando “perdidos”. Dessa maneira, esse recurso é valioso para que o usuário se localizar.

**Figura 11:** Exemplo de recurso “Você está aqui”



Fonte: BN (2017).

Todas as características supracitadas constituem o sistema de navegação enquanto um reflexo de uma parte de aplicação da AI, na tentativa de criar um espaço eficiente no atendimento as necessidades dos usuários, realidade encontrada nas bibliotecas digitais, por exemplo, ao partir do pressuposto de que a navegação se configura como a primeira interação entre o usuário e o *website*, para chegar até a informação desejada.

## 2.3 BIBLIOTECA DIGITAL

Ao longo da história humana, especialmente nos últimos tempos, a biblioteca acompanha os avanços da sociedade, pois ela “[...] sempre se apropriou das mais avançadas tecnologias disponíveis e vem continuamente evoluindo no ritmo dessas tecnologias” (SAYÃO, 2009, p. 16).

O surgimento da biblioteca digital está intrinsecamente relacionado com a evolução tecnológica. Neste sentido, Sayão (2009) defende que elas surgem em um contexto que integra o uso das TIC, o barateamento dos meios de armazenamento em massa, a quantidade crescente de conteúdos digitais disponíveis, e em escala global, e a digitalização de conteúdos em mídias convencionais por um custo viável.

Cunha (1999), por exemplo, apresenta um breve panorama temporal, elencando alguns fatores que contribuíram para a efetivação das bibliotecas digitais, ao afirmar que a década de 70 foi um período em que muitas bibliotecas passaram a utilizar catálogos em linha, acessar bancos de dados (BD) e fazer uso frequente de *compact disc-read only memory* (CD-ROM) para recuperação de itens de diversas fontes de referência. Na década de 90, com o crescimento da Internet, houve um aumento substancial nas possibilidades de acesso e recuperação de informações.

Como a biblioteca digital teve a sua consolidação popular a partir da Internet, espaço que se permeia pelo que não é físico, mas pelo que é lógico, em uma tentativa de buscar conceitos sobre a referida biblioteca, observa-se que o termo é comumente confundido com biblioteca eletrônica e biblioteca virtual. Para Cunha (1999, p. 258), “a biblioteca digital é também conhecida como biblioteca eletrônica (termo preferido dos britânicos), biblioteca virtual (quando utiliza os recursos da realidade virtual), biblioteca sem paredes e biblioteca conectada a uma rede”.

Os termos biblioteca digital, biblioteca eletrônica e biblioteca virtual segundo Sayão (2009, p. 8), “[...] possuem diferentes significados, mas que são usados frequentemente para designar a mesma coisa”. A versão eletrônica é uma “[...] biblioteca informatizada que emprega todos os tipos de equipamento eletrônico necessários ao seu funcionamento: grandes computadores, PCs<sup>16</sup>, terminais” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 116). A expressão biblioteca virtual, ainda segundo Tammaro e Salarelli (2008), foi utilizada durante muito tempo no lugar de biblioteca digital, onde a palavra virtual carrega o significado de uma biblioteca que não existe fisicamente. Cuenca *et al.* (2009, p. 74) afirma que biblioteca virtual é um “[...] termo adotado para designar uma biblioteca que inclui acervo digital, recursos de acesso à informação, serviços on-line operando em rede pela internet [...]”.

---

<sup>16</sup> *Personal Computers.*

Com base nas peculiaridades de cada área do conhecimento, o conceito de biblioteca digital pode se tornar ainda mais diversificado, constituindo-se “[...] de acordo com os seus inúmeros protagonistas que se espalham por muitas áreas” (SAYÃO, 2009, p. 15). Ainda sobre a possibilidade de diversificação no conceito de biblioteca digital, Sayão (2009, p. 9) defende que:

[...] a maioria das definições é fortemente influenciada pela percepção e pontos de vista particulares de pessoas e de organizações de diversas áreas que estiveram envolvidas em empreendimentos voltados para a construção de bibliotecas digitais.

Entre as diversas áreas do conhecimento que investigam e/ou possuem ligação com o campo da biblioteca digital, destacam-se aqui a biblioteconomia e a CI por não se restringirem a um conceito técnico, mas que perpassa pela ideia de que o citado espaço digital é uma extensão da biblioteca física a partir do uso de TIC, pensamento assim exposto por Sayão (2009, p. 9):

[...] visualiza a biblioteca digital menos como um sistema de computação – uma máquina – e mais como uma instituição, como uma extensão lógica do que as bibliotecas vêm fazendo desde os tempos imemoriais, ou seja, adquirindo, organizando e disseminando conhecimento usando as tecnologias correntes.

A visão anteriormente exposta não se limita a enxergar a biblioteca digital como um mero sistema computacional, de armazenamento e acesso a informações eletrônicas, sendo substituída pela ideia de ser um ambiente de criação e compartilhamento de informações digitais (SAYÃO, 2009). Nesta perspectiva, a biblioteca digital pode ser menos vista como um sistema de computação, mas como um instrumento de função social.

A concepção de uma biblioteca digital deve ser realizada como uma ferramenta para propiciar o acesso à informação constituída em meio digital e também incluir outros meios tradicionais, mas, antes de tudo, deve constituir-se como um instrumento para a democratização do acesso ao conhecimento e inclusão social e cultural. (ROSETTO, 2008, p. 104-105)

Para Witten e Bainbridge (2003), uma biblioteca digital não é de certa forma uma biblioteca digitalizada. Segundo os autores, a biblioteca digital está mais relacionada com as novas formas de lidar com o conhecimento, como preservar, colecionar, organizar, propagar e acessar. Ou seja:

[...] uma coleção organizada de informações, uma coleção focada de objetos digitais, incluindo texto, vídeo e áudio, além de métodos de acesso e recuperação, e para seleção, organização e manutenção da coleção. (WITTEN; BAINBRIDGE, 2003, p. 6, tradução nossa)

Cunha (2008) aponta a biblioteca digital como uma combinação entre estrutura e coleta de informação, elementos tradicionalmente utilizados em bibliotecas e arquivos, além do uso da representação digital provindo da informática. Assim, a informação digital pode ser acessada, armazenada e recuperada com rapidez e copiada para preservação.

Complementando, Dias (2001, p. 3), ao compreender biblioteca digital como o resultado da aproximação existente entre os materiais disponibilizados e os usuários que utilizarão tais obras, afirma que:

[...] parece estar se firmando como a expressão que significaria, no contexto digital, um conjunto de artefatos, conhecimento, práticas e uma comunidade, que engendra compromissos realísticos assumidos por profissionais da informação, analistas de sistemas e usuários.

Em uma perspectiva técnica, de acordo com a DLF<sup>17</sup> (1998, tradução nossa), as bibliotecas digitais se apresentam da seguinte forma, e almejam objetivos específicos, a saber:

Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a subsistência ao longo do tempo de coleções de obras digitais, para que sejam prontamente e economicamente disponíveis para uso por uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades.

Outra Instituição internacional que contribuiu para ajudar na compreensão da expressão biblioteca digital chama-se *Association of Research Libraries (ARL)*<sup>18</sup> (1995, tradução nossa), ao qual elaborou uma lista de elementos comuns que podem ser identificados no conceito de biblioteca digital. São eles:

---

<sup>17</sup> Site: <https://www.diglib.org/>

<sup>18</sup> Site: <http://www.arl.org/>

- Biblioteca digital não é uma entidade única;
- Biblioteca digital requer tecnologia para ligar muitos recursos;
- As ligações entre bibliotecas digitais e serviços de informação são transparentes para os usuários;
- O acesso universal a bibliotecas digitais e serviços de informação é um objetivo;
- As coleções de bibliotecas digitais não se limitam a documentos substitutos: eles se estendem a obras digitais que não podem ser representados ou distribuídos em formatos impressos.

Cunha (1999, p. 258) também elaborou uma lista de elementos comuns, através da observação sobre conceitos, de biblioteca digital, propostos por diversos autores:

- a) acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede;
- b) utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas;
- c) inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação;
- d) existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo. O percentual de documentos retrospectivos tenderá a aumentar à medida que novos textos forem sendo digitalizados pelos diversos projetos em andamento;
- e) provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições públicas e privadas);
- f) utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário;
- g) utilização de diversos suportes de registro da informação tais como texto, som, imagem e números;
- h) existência de unidade de gerenciamento do conhecimento, que inclui sistema inteligente ou especialista para ajudar na recuperação de informação mais relevante.

De acordo com Toutain (2005, p. 16), a definição de biblioteca digital é entendida como um espaço que:

[...] tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros -, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

Em relação às características necessárias para construir uma biblioteca digital, Cunha (2008, p. 5) atenta ao fato de que “[...] ela precisa ter conteúdo, que pode ser material antigo, convertido no formato digital, ou material novo, nascido digitalmente”. Rosetto (2008, p. 105), por sua vez, apresenta uma série de itens necessários para a sua construção. Esses elementos são:

- Bases de dados com links para os documentos em meio digital ou impresso;
- Ferramentas de indexação e localização;
- Coleções de informações com apontamentos para recursos da Internet;
- Diretórios;
- Fontes primárias nos vários formatos digitais;
- Fotografias;
- Conjunto de dados numéricos;
- Revistas eletrônicas;
- Livros eletrônicos;
- Vídeos;
- Músicas;
- Verbetes de assuntos temáticos.

Além dos supracitados elementos, vale salientar que a formação do acervo pode ser feita por meio de itens “[...] comprados, doados, trocados, ou digitalizados localmente, a partir de documentos que não mais estão sujeitos aos ditames legais do direito autoral” (CUNHA, 2008, p. 5).

Outro aspecto apontado por Tammaro e Salarelli (2008) refere-se ao equilíbrio entre os elementos, que pode variar, através de diferentes perspectivas da biblioteca digital, em que “alguns dão maior peso às coleções e à organização dos metadados; outros privilegiam as tecnologias e as interfaces” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 123-124).

Alinhando as visões de Cunha, Tammaro e Salarelli, observa-se que a biblioteca digital possui diferentes enfoques, pois está inserida nos mais variados seguimentos da sociedade. Ela pode ser encontrada, por exemplo, em instituições de educação, órgãos governamentais, setores de apoio à pesquisa, assuntos especializados, etc. Entre os espaços elencados, diante do enfoque do presente trabalho, destacam-se as instituições de educação, especificamente as bibliotecas digitais universitárias, como as disponibilizadas pela biblioteca central, da Universidade de Brasília (BCE/UnB)<sup>19</sup>. A referida instituição oferece, aos seus usuários, internos e externos, a biblioteca digital de monografias (BDM)<sup>20</sup> e outras<sup>21</sup>. No caso da BDM (figura 12), trata-se de um ambiente digital, disponibilizado pela BCE/UnB, que possui um acervo constituído pelas monografias de graduação e especialização produzidos na instituição.

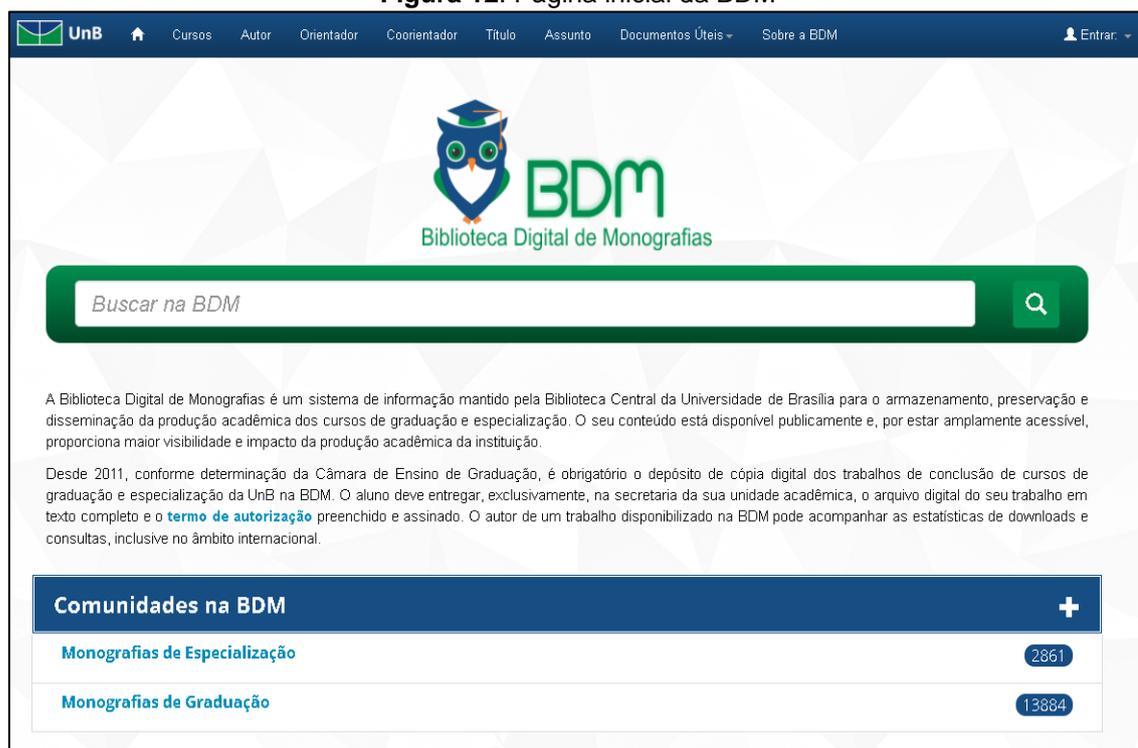
---

<sup>19</sup> Site: <http://www.bce.unb.br/>

<sup>20</sup> Site: <http://bdm.unb.br/>

<sup>21</sup> Site: <http://www.bce.unb.br/bibliotecas-digitais/>

Figura 12: Página inicial da BDM



Fonte: BDM (2017).

Bibliotecas digitais também são encontradas em órgãos governamentais brasileiros. Entre os vários exemplos é possível elencar as bibliotecas digitais do Senado Federal<sup>22</sup>, Câmara dos Deputados<sup>23</sup>, Supremo Tribunal Federal<sup>24</sup> etc.

A biblioteca digital do Senado Federal (BDSF) (figura 13), por exemplo, disponibiliza, em formato digital, documentos relativos ao poder legislativo, obras em domínio público, ou com os direitos autorais cedidos pelos autores, entre outros, permitindo não apenas o acesso, mas o *download*<sup>25</sup> das obras, de maneira gratuita.

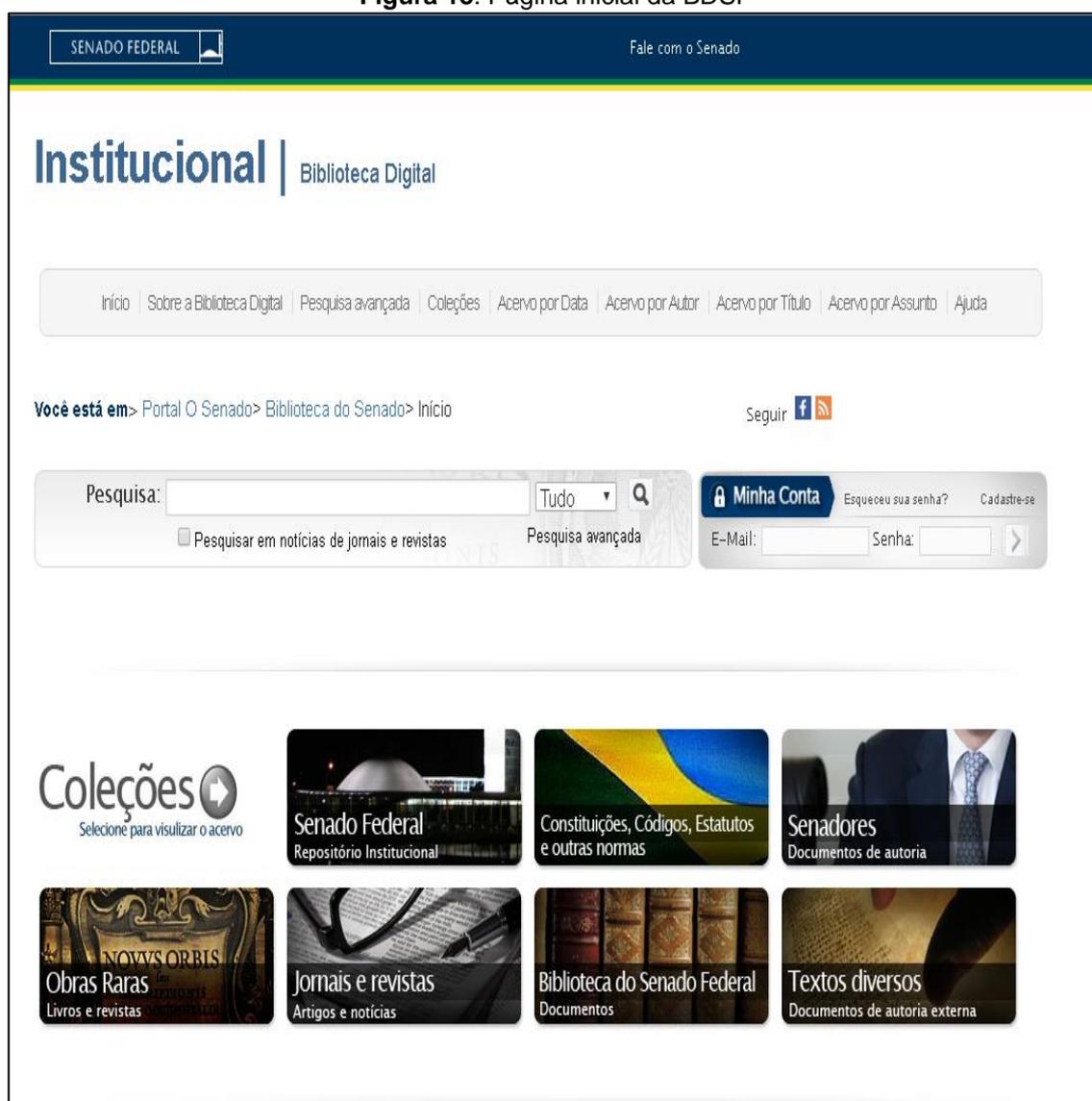
<sup>22</sup> Site: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>

<sup>23</sup> Site: <http://bd.camara.gov.br/bd/>

<sup>24</sup> Site: <http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>

<sup>25</sup> Como substantivo, nas comunicações, o processo de se transferir uma cópia de um arquivo de um computador remoto para outro por meio de um modem ou uma rede. (SAWAYA, 1999, p. 146)

**Figura 13:** Página inicial da BDSF



Fonte: BDSF (2017).

Em relação ao apoio à pesquisa, entre os exemplos, cita-se aqui a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>26</sup> (figura 14) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)<sup>27</sup>, assumindo um papel fundamental de colaboração à produção científica do cenário da pós-graduação em CI do país, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado.

<sup>26</sup> Site: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>

<sup>27</sup> Site: <http://www.ibict.br/>

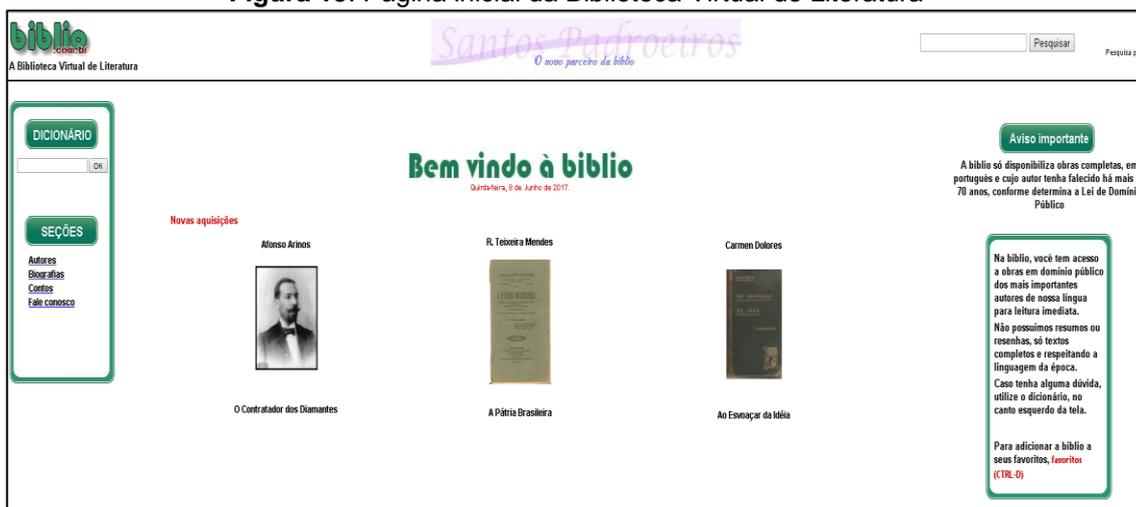
Figura 14: Página inicial da BDTD



Fonte: BDTD (2017).

As bibliotecas digitais de assuntos especializados também são encontradas na Internet, como é o caso da Biblioteca Virtual de Literatura<sup>28</sup> (figura 15), que disponibiliza, em seu acervo, obras completas que já se encontram em domínio público, de diversos autores da literatura brasileira.

Figura 15: Página inicial da Biblioteca Virtual de Literatura



Fonte: Biblio (2017).

<sup>28</sup> Site: <http://www.biblio.com.br/>

O crescente aumento das bibliotecas digitais ocasionou fenômenos interessantes na interação entre as versões físicas como, por exemplo, a cooperação entre as instituições passou a ser essencial, até mesmo para sua sobrevivência, pois os itens de um acervo digital podem ser intercambiados entre si, impactando diretamente nos aspectos digitais, econômicos e sociais dessas instituições. Essa ação cooperativa “[...] estimula a criação de novas bibliotecas digitais com custos menores e operação e num menor prazo de implantação” (CUNHA, 2008, p. 13).

Devido ao “[...] avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação, hoje já se tem acesso às bibliotecas digitais, aonde se é possível ter acesso a materiais de confiabilidade e qualidade intelectual” (SANTOS; ASSUNÇÃO, 2012, p. 8), via informações em formato digital que estão “[...] eficientemente armazenada, preservada e recuperada, permitindo a transposição de barreiras relacionadas a tempo e espaço”. (PONTES, 2013, p. 33).

Apesar de algumas controvérsias relacionadas ao conceito, o impacto da biblioteca digital na sociedade é nítido, pois possui a capacidade de reunir uma infinidade de materiais em seu acervo, com acesso a informações de maneira simultânea e sem barreiras geográficas, bastando ter acesso à Internet e respeitar as normalizações institucionais de acesso e autoria.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia pode ser entendida como uma forma de conduzir a pesquisa com a utilização de técnicas e métodos para explicar, detalhadamente, o desenvolvimento de um trabalho com fins de amparar a resolução dos problemas propostos. Para Minayo (2002, p. 16), metodologia é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Na visão de Andrade (2010, p. 117), metodologia seria “um conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Por sua vez, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), “a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa”.

A partir dos autores supracitados, infere-se que a metodologia visa compreender o caminho, através dos procedimentos e métodos utilizados para resolver os problemas de determinada área do conhecimento científico. Nesse sentido, o presente trabalho adota um rumo metodológico com a intenção de analisar a BDTRF1 com base na AI.

#### 3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Conforme as circunstâncias apresentadas neste trabalho, com embasamento em uma fundamentação teórica, os caminhos estabelecidos estimulam a compreender, através de uma análise comparativa, a relação entre a atuação do sistema de navegação da AI adotado na BDTRF1. Dessa maneira, o método utilizado no presente trabalho é o indutivo, ao qual “[...] a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 26). Com relação aos objetivos, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, pois “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Em relação aos procedimentos técnicos, emprega-se a pesquisa bibliográfica, que tem como característica básica proporcionar uma análise de várias fontes de informação sobre o tema de estudo, sendo feita por meio de materiais das mais variadas procedências, especialmente as científicas. Com base em Gil (2002, p. 44),

“a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No caso desta investigação, com fins de atender aos objetivos estabelecidos, utilizam-se artigos disponibilizados em periódicos científicos (16), revista institucional (1), repositórios institucionais (5), bibliotecas digitais (3), *websites* (5), além de livros da BCE (14) e de repositórios digitais (3), com destaque ao intitulado *Information Architecture for the World Wide Web* de Morville e Rosenfeld (2006), entre outros.

A forma de abordagem ao problema de pesquisa (coleta de dados) realizou-se por meio de uma pesquisa qualitativa, pois a referida investida científica “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2002, p. 21). Na abordagem qualitativa “[...] valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (GODOY, 1995, p. 62). Diante dos preceitos da abordagem de coleta de dados adotada, acredita-se que é possível observar, comparar e analisar os componentes de navegação da *interface* da BDTRF1 *versus* o sistema de navegação proposto pelos autores Morville e Rosenfeld (2006).

Para realizar a abordagem de coleta dados, fez-se necessária certa observação aos sistemas de navegação da BDTRF1, ação que permite, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), coletar dados com o objetivo de conseguir informações utilizando os sentidos, neste caso, captar particularidades da realidade que se deseja estudar.

De maneira resumida, o percurso metodológico da pesquisa compreende as seguintes etapas:

1. Escolha do tema;
2. Realização da pesquisa bibliográfica, ou seja, a elaboração de uma fundamentação teórica de acordo com os assuntos levantados, especialmente sobre o sistema de navegação de Morville e Rosenfeld;

3. Observação, análise e comparação dos elementos de navegação da BDTRF1 em relação a proposta de Morville e Rosenfeld (2006), no período de maio de 2017 a junho de 2017. Para tal, utilizaram-se capturas de tela (*prints*) das páginas da biblioteca digital, na busca e identificação (ou não) dos seguintes sistemas de navegação: embutidos, suplementares, navegadores e localização;
4. Sugestões de práticas favoráveis à navegação da BDTRF1 com base nos resultados da etapa anterior.

### 3.2 CAMPO DA PESQUISA

O campo de pesquisa está direcionado ao ambiente da BDTRF1, originada pelo ato administrativo “Portaria Presi<sup>29</sup>/Secge<sup>30</sup>”, número 217, de 20 de junho de 2014 (anexo A). Este documento, assinado pelo então presidente do TRF1, Desembargador Federal Cândido Ribeiro, é constituído por nove capítulos, a saber: capítulo I – da Biblioteca Digital; capítulo II – do conteúdo da BDTRF1; capítulo III – da coleção dos Atos Administrativos; capítulo IV – da coleção Boletim Eletrônico; capítulo V – da coleção Boletins de Serviço (até 30/06/2014); capítulo VI – das demais coleções; capítulo VII – dos Atos Administrativos; capítulo VIII – da desativação das demais bases de dados e veículos de publicação de Atos Administrativos; capítulo IX – Disposições Gerais (TRF1, 2014).

Em linhas gerais, para a compreensão das atribuições da BDTRF1, através do referido documento, vale salientar os seguintes aspectos elencados no capítulo I:

Art. 1º Fica instituída a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - BDTRF1, com a finalidade de reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, documentos, atos e publicações do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa.

§ 1º A BDTRF1 é uma coleção de documentos preparados de forma digital na sua origem ou produzidos mediante digitalização de materiais existentes, fornecendo os recursos para selecionar, estruturar, oferecer acesso, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a sua permanência no tempo;

§ 2º Os documentos institucionais depositados na BDTRF1 constituem patrimônio intelectual da Justiça Federal da 1ª Região e possuem caráter permanente;

---

<sup>29</sup> Presidência (Unidade Publicadora).

<sup>30</sup> Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Unidade Publicadora).

§ 3º O acesso à BDTRF1 é disponibilizado para os públicos interno e externo por meio do Portal do TRF 1ª Região.

Art. 2º A Divisão de Biblioteca e Acervo Documental - DIBIB é a unidade gestora da BDTRF1, a quem compete:

I - propor as políticas e as diretrizes relativas aos conteúdos a serem depositados na BDTRF1;

II - propor a criação de novas coleções;

III - administrar e manter o conteúdo de acordo com os padrões adotados para organização de repositórios digitais;

IV - fiscalizar os dados cadastrados nos metadados, garantindo que o conteúdo depositado alinhe-se às técnicas e normas relativas à preservação digital;

V - elaborar o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1. (TRF1, 2014)

É importante observar que todo órgão em crescimento está sujeito a mudanças e foi assim também com a BDTRF1. Ao longo do caminho ocorreram algumas alterações, ou revogações, em determinada parte do texto que a instituiu, como pode ser observado no documento “Portaria Presi/Secge 217/2014 – CONSOLIDADA” (anexo B). Esse é apenas um exemplo de como o conteúdo do documento pode sofrer alterações ou revogações a medida que surgem novas circunstâncias a respeito da biblioteca digital.

Destaca-se aqui o fato da BDTRF1 ter sido contemplada na revista da própria instituição, chamada de Primeira Região em Revista<sup>31</sup>, publicada subsequentemente a criação da biblioteca digital. Em uma matéria<sup>32</sup> sobre o cunho da biblioteca digital, Salviato (2014), responsável pela escrita, abordou elementos que vão desde a origem das bibliotecas, perpassando pelo panorama atual das bibliotecas digitais até chegar ao contexto da implementação da BDTRF1. Para complementar a matéria, a autora traz opiniões de servidores do TRF1 a respeito da biblioteca digital criada, entre elas, Márcia Mazo Santos, diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib) do TRF1, ao abordar a importância da implementação da biblioteca em discussão. Além disso, a autora apresentou capturas de telas de como utilizar o recurso de pesquisa, como uma espécie de guia.

A matéria trouxe importante contribuição a BDTRF1, principalmente no início da implementação do ambiente digital, pois contribuiu para que os usuários se familiarizassem com os recursos da biblioteca digital, inclusive sobre o processo de pesquisa, o que se almeja também frente aos resultados da presente investigação, na expectativa de contribuições à navegação da BDTRF1.

---

<sup>31</sup> Site: <http://portal.trf1.jus.br/portalf1/comunicacao-social/imprensa/primeira-regiao-em-revista/>

<sup>32</sup> Site: [http://portal.trf1.jus.br/data/files/1B/F3/F2/03/A2088410E3200574052809C2/PRR\\_agosto-2014.pdf](http://portal.trf1.jus.br/data/files/1B/F3/F2/03/A2088410E3200574052809C2/PRR_agosto-2014.pdf)

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base em um percurso metodológico constituído, especialmente pela juntada de literatura sobre os assuntos discutidos, este trabalho pretende contribuir para o entendimento dos recursos de navegação da BDTRF1 em direção a proposta de navegação apresentada por Morville e Rosenfeld (2006) e, conseqüentemente, sugerir práticas de navegação à BDTRF1.

No anseio por uma melhor compreensão dos dados coletados, a presente análise está categorizada pelos quatro sistemas que compõem a estrutura navegacional dos autores Morville e Rosenfeld (2006), assim como delimitado na metodologia da pesquisa, a rememorar: embutidos, suplementares, navegadores e localização. Além disso, complementa-se a análise com uma quinta categoria (propositiva), intitulada de práticas positivas de navegação, construída a partir dos resultados da observação, análise e comparação das categorias anteriores.

### 4.1 SISTEMAS EMBUTIDOS

Os sistemas embutidos são representados pelas propostas de navegação global e local. Ao acessar a página principal da BDTRF1 é possível observar a navegação global na parte superior do ambiente, não importando em que página da biblioteca digital o usuário esteja (figura 16).

A característica global está de acordo com o que aponta Morville e Rosenfeld (2006), entretanto percebe-se que a barra de navegação em questão é simples quanto a ausência de *links* que direcionem a outras páginas, internas e/ou externas à biblioteca digital, evitando uma quantidade de passos desnecessários até o local desejado pelo usuário.

**Figura 16:** Navegação global da BDTRF1

The image shows the homepage of the BDTRF1 (Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região). At the top, there is a dark blue header with the logo and name of the institution. Below the header, there is a navigation bar with a home icon and the text 'Página inicial'. The main content area is divided into several sections:

- Biblioteca Digital:** This section features a red arrow pointing to a box labeled 'Navegação global'. Below the arrow, there is a list of links: 'Diário de Justiça - eDJF1' and 'Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região'.
- Busca de Atos Administrativos:** This section contains a search form with fields for 'Tipo de Ato' (set to 'Todos os atos'), 'Data de Publicação' (with dropdowns for 'Dia', 'Mês', and 'Ano'), 'Busca Livre' (a text input field), and 'Orgão' (set to 'Todos os órgãos'). A 'Pesquisar' button is located at the bottom of this form.
- Busca simples:** A sidebar search box with a search input field and a search button.
- Navegar:** A sidebar menu with the title 'Todo o repositório' and a list of links: 'Acervos e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'.
- Minha conta:** A sidebar menu with a link to 'Entrar'.
- Acervos:** A section with the text 'Selecione um acervo para navegar nas coleções.' and a list of links: 'Seção Judiciária da Bahia', 'Seção Judiciária de Goiás', and 'Seção Judiciária de Minas Gerais'.

Fonte: BDTRF1 (2017).

No que se refere a navegação local da BDTRF1, localiza-se na parte direita da página (figura 17), trazendo consideráveis *links* relacionados com a página visitada naquele momento, permitindo, ao usuário, acessá-la com mais rapidez e explorá-la com maior lucidez, assim como defendem Morville e Rosenfeld (2006).

Figura 17: Navegação local da BDTRF1

The screenshot displays the 'Biblioteca Digital' interface of the 'JUSTIÇA FEDERAL - Tribunal Regional Federal da 1ª Região'. The page includes a search bar, a 'Busca de Atos Administrativos' section with filters for 'Tipo de Atos', 'Data de Publicação', 'Busca Livre', and 'Categorias'. Below this is the 'Acervo' section, which lists various judicial regions and the 'Tribunal Regional Federal da Primeira Região'. A 'Incluído recentemente' section lists recent legal acts. On the right side, a vertical navigation menu is highlighted with a red box and labeled 'Navegação básica'. This menu includes options for 'Busca simples', 'Busca avançada', 'Navegar', 'Todo o repositório', 'Minha conta', and 'Descobrir'. The 'Descobrir' section is further detailed with categories like 'Autor', 'Data de publicação', 'Tipo de Atos', and 'Unidade Publicadora'. A red arrow points from the 'Navegação básica' label to the navigation menu. Another red arrow points from the 'Navegação local' label to the 'Acervo' section.

Fonte: BDTRF1 (2017).

A partir do exemplo da figura 18 é possível identificar os conteúdos da barra de navegação local, ao qual traz informações relacionadas a busca simples e avançada, navegação em todo o repositório por acervos e coleções, autores, títulos e assuntos, além de uma faixa de informações, chamada de *discover*, organizada por autor, assunto, data de publicação, tipo de ato e unidade publicadora.

**Figura 18:** Conteúdos da barra de navegação local da BDTRF1

The image shows a navigation bar with three main sections:

- Busca simples:** A search box with a 'Ir' button and a link to 'Busca avançada'.
- Navegar:** A section titled 'Todo o repositório' with links to 'Acervos e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'.
- Minha conta:** A section with a link to 'Entrar'.
- Discover:** A section with three sub-sections:
  - Autor:** Lists various judicial bodies and sections with their respective document counts, such as 'Brasil, Tribunal Regional Federal (Região, 1.) (TRF1) (71457)'.
  - Assunto:** Lists legal topics with document counts, such as 'Seção judiciária (3783)' and 'Concurso público (1823)'.
- Data de publicação:** Lists publication years with document counts, such as '2010 - 2017 (90938)'.
- Tipo de Ato:** Lists document types with document counts, such as 'Portaria (43746)' and 'Ato (35196)'.
- Unidade Publicadora:** Lists publishing units with document counts, such as 'Presidência (Presi) (33914)' and 'Diretoria do Foro (Diref) (11072)'.

Fonte: BDTRF1 (2017).

## 4.2 SISTEMAS SUPLEMENTARES

Os sistemas suplementares subdividem-se em mapa do *website*, índice e guia. Em relação ao mapa do *website*, apesar de não propriamente identificá-lo, observou-se que a página referente aos “Acervos e Coleções” apresenta uma estrutura semelhante ao que aponta Morville e Rosenfeld (2006), pois oferece uma visão geral de todas as Seções Judiciárias, com algum nível de hierarquia e por meio de uma lista de *links* (figura 19).

**Figura 19:** Espécie de mapa de *website* na BDTRF1

The screenshot displays the website interface for the Tribunal Regional Federal da 1ª Região. The header includes the logo and name of the court. Below the header, there is a navigation bar with 'Página inicial' and 'Acervos e Coleções'. The main content area is titled 'Acervos' and contains a list of collections organized by state section. A red box highlights this list, and a red arrow points to it from a text box on the right. The text box contains the following text: 'Espécie de "mapa do website" para a página de Acervos e Coleções'. To the right of the main content, there are several utility boxes: 'Busca simples' with a search input field and a search button; 'Navegar' with a 'Todo o repositório' section containing links for 'Acervos e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'; and 'Minha conta' with an 'Entrar' button.

**Acervos**

Selecione um acervo para navegar nas coleções.

- **Seção Judiciária da Bahia**
  - Atos Administrativos SJBA
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJBA
- **Seção Judiciária de Goiás**
  - Atos Administrativos - SJGO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJGO
- **Seção Judiciária de Minas Gerais**
  - Atos Administrativos - SJMG
  - Boletins de Serviço (até 27 de fevereiro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJMG
- **Seção Judiciária de Rondônia**
  - Atos Administrativos SJRO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJRO
- **Seção Judiciária de Roraima**
  - Atos Administrativos SJRR
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJRR
- **Seção Judiciária de Tocantins**
  - Atos Administrativos SJTO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJTO

**Busca simples**

Ir

Como pesquisar ?

Busca avançada

**Navegar**

**Todo o repositório**

[Acervos e Coleções](#)

Por data do documento

Autores

Títulos

Assuntos

**Minha conta**

Entrar

**Espécie de "mapa do website" para a página de Acervos e Coleções**

Fonte: BDTRF1 (2017).

Entretanto, deve-se mencionar que a espécie de mapa de *website* identificada não é um indicativo geográfico de toda a BDTRF1, como propõe Morville e Rosenfeld (2006). Explicitando, nesse caso, apresenta-se um mapa de uma página específica, isto é, sobre os acervos e coleções disponíveis no ambiente digital.

O outro sistema suplementar, chamado de índice, pode ser encontrado em três páginas da BDTRF1, ou seja, em navegações organizadas alfabeticamente e sem hierarquias, a saber: por autores, por assuntos e por títulos. Exemplificando, a figura 20 apresenta navegações organizadas por assunto e por assunto alfabeticamente.

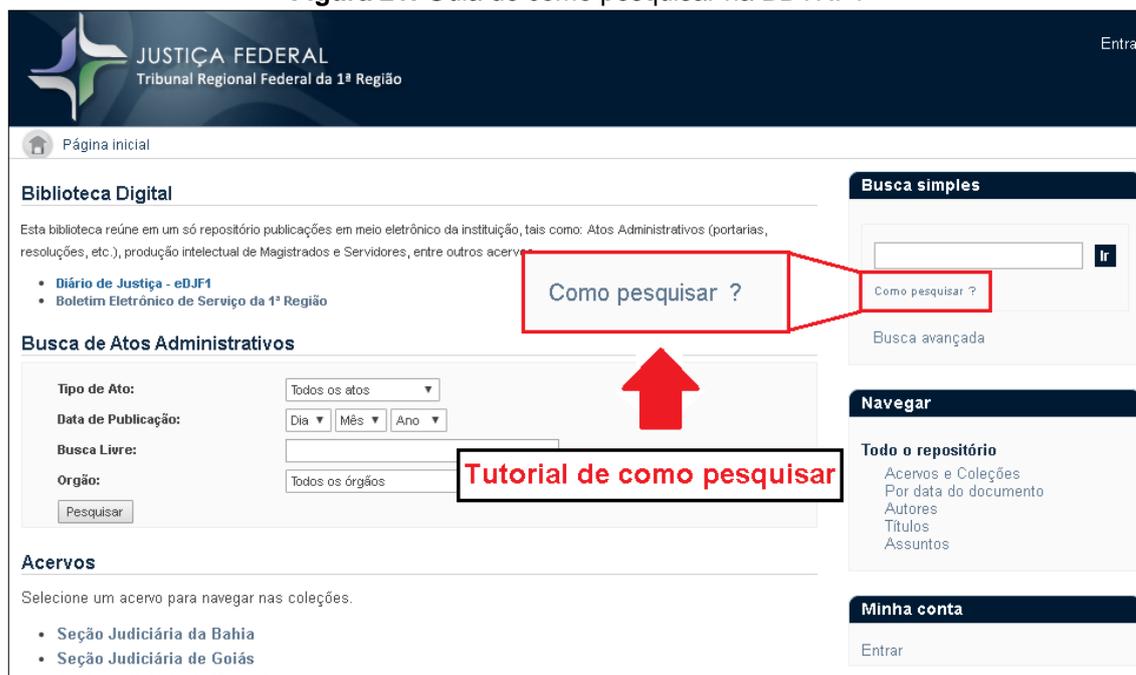
**Figura 20:** Índice na página de navegação por assunto da BDTRF1

The screenshot displays the 'Navegação por assunto' (Subject Navigation) page on the BDTRF1 website. The page features a dark blue header with the logo of the Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, and an 'Entrar' button. Below the header, there is a navigation bar with 'Página inicial' and 'Navegação por assunto'. The main content area is divided into several sections. On the left, a red box highlights the 'Navegação por assunto' section, which includes an alphabetical index (0-9 A-Z) and a search input field. A red arrow points from a box labeled 'Índice' to this section. Below the index, there are sorting options (Ordenar: Ascendente) and a results limit (Resultados: 20). A red box highlights the list of subjects under the heading 'Assunto', including items like 'Abertura [40]', 'Abono de faltas [1]', 'Abono de férias [2]', 'Abono de permanência [80]', 'Abreviatura [1]', 'Acervo bibliográfico [1]', 'Acesso [7]', 'Acompanhamento [21]', 'Acórdão [9]', 'Acre (AC) [68]', 'Acumulação remunerada [2]', 'Ação cautelar [2]', 'Ação cível [1]', and 'Ação coletiva [1]'. A red arrow points from a box labeled 'Assuntos em ordem alfabética' to this list. On the right side, there are sections for 'Busca simples', 'Navegar', 'Todo o repositório', and 'Minha conta'.

Fonte: BDTRF1 (2017).

A respeito do elemento guia, foi identificado apenas um exemplo, nesse caso, como um guia para consultas, mostrando dicas de como pesquisar na biblioteca digital, conforme ilustrado na figura 21. Entretanto, comparado com os elementos de Morville e Rosenfeld (2006), o guia de pesquisa está relacionado às formas de busca, opondo-se ao foco do presente trabalho, voltado à navegação.

Figura 21: Guia de como pesquisar na BDTRF1



Fonte: BDTRF1 (2017).

Um guia específico para a navegação é de grande valia para que os usuários, especialmente os inexperientes ao ambiente digital, entendam as funcionalidades da biblioteca digital quanto à navegação, aprendendo os passos necessários para encontrar as informações que desejam, localizadas em páginas específicas.

#### 4.3 NAVEGADORES

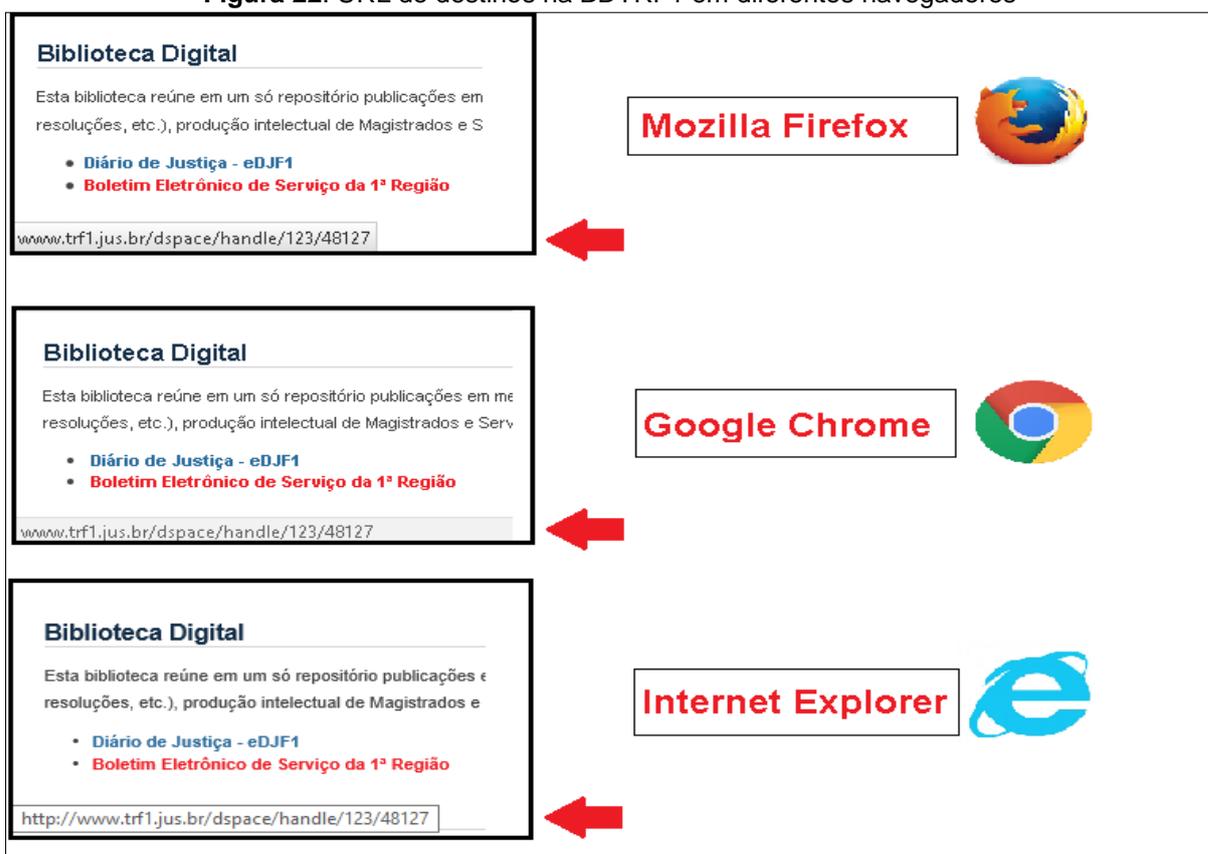
Com relação aos navegadores, fez-se necessário navegar pela BDTRF1 por diferentes navegadores, a partir de testes realizados nos programas *Mozilla Firefox*<sup>33</sup>, *Google Chrome*<sup>34</sup> e *Internet Explorer*<sup>35</sup>. Ao passar o cursor do mouse sobre algum *link*, nos três referidos navegadores, automaticamente a URL de destino aparece na barra de status da página, localizado na parte inferior esquerda da tela (figura 22), neste caso, formatado pela cor vermelha.

<sup>33</sup> Site: <https://www.mozilla.org/pt-BR/>

<sup>34</sup> Site: <https://www.google.com.br/chrome/browser/desktop/index.html>

<sup>35</sup> Site: <https://www.microsoft.com/pt-br/download/internet-explorer.aspx>

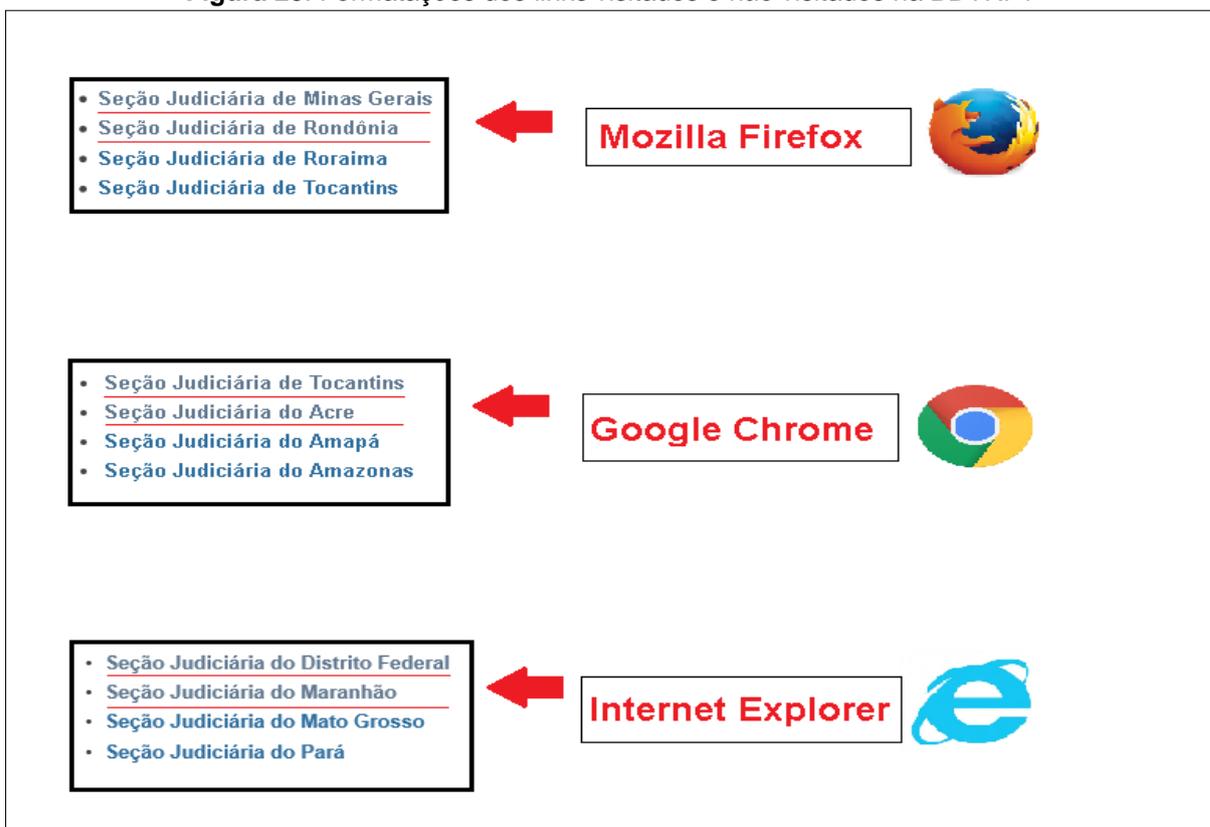
Figura 22: URL de destinos na BDTRF1 em diferentes navegadores



Fonte: BDTRF1 (2017).

Ao visitar (clique) um *link*, o mesmo fica com uma cor diferente dos *links* não visitados. Por exemplo, de acordo com a figura 23, os *links* “Seção Judiciária de Minas Gerais” e “Seção Judiciária de Rondônia” foram clicados no navegador *Mozilla Firefox*, enquanto que os *links* “Seção Judiciária de Tocantins” e “Seção Judiciária do Acre” foram navegadas pelo *Google Chrome*, e, por último, os *links* “Seção Judiciária do Distrito Federal” e “Seção Judiciária do Maranhão” foram clicados via o *Internet Explorer*. Todos os navegadores apresentaram a mesma diferenciação de cores entre os *links*, ou seja, um azul mais claro entre as páginas visitadas, ao passo que os *websites* não visitados são representados pelos *links* de cor azul mais escuro.

**Figura 23:** Formatações dos *links* visitados e não visitados na BDTRF1



Fonte: BDTRF1 (2017)

Diante da característica de navegação apresentada, infere-se concordância ao proposto por Morville e Rosenfeld (2006), especialmente na eminência de ajudarem os usuários a avançarem e/ou retrocederem as páginas, bem como facilitarem a localização na BDTRF1.

#### 4.4 LOCALIZAÇÃO

O recurso de localização “Você está aqui” é um importante elemento de localização, assim como destaca Morville e Rosenfeld (2006). Ao identificá-lo na BDTRF1, observou-se que o mesmo se apresenta iniciado pelo ícone “casa”, muito utilizado nos *websites*, seguido pelo rótulo “Página inicial” e finalizado com a localização atual do usuário, ou seja, “Atos Administrativos Ato TRF”. Trata-se de uma sequência localizada na barra de navegação global, na parte superior da tela, na margem direita (figura 24).

**Figura 24:** Recurso de localização "Você está aqui" na BDTRF1

The screenshot shows the header of the BDTRF1 website with the logo of the Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região. The breadcrumb navigation path is highlighted with a red box: [Página inicial](#) >> [Tribunal Regional Federal da Primeira Região](#) >> [Atos Administrativos TRF1](#). A red arrow points to the text "Você está aqui" which is overlaid on the "Atos Administrativos TRF1" link. Below the breadcrumb, there is a search form with fields for "Data de Publicação", "Tipo de Ato", "Número do ato", "Busca Livre", and "Escolha a Unidade". To the right, there is a "Busca simples" section with a search input field and a "Ir" button. Below that is a "Navegar" section with "Todo o repositório" and "Esta coleção" links. At the bottom, there are "Inclusões recentes" with links to "Ato Presi n. 110, de 23 de abril de 1992" and "Ato Presi n. 183, de 2 de julho de 1992".

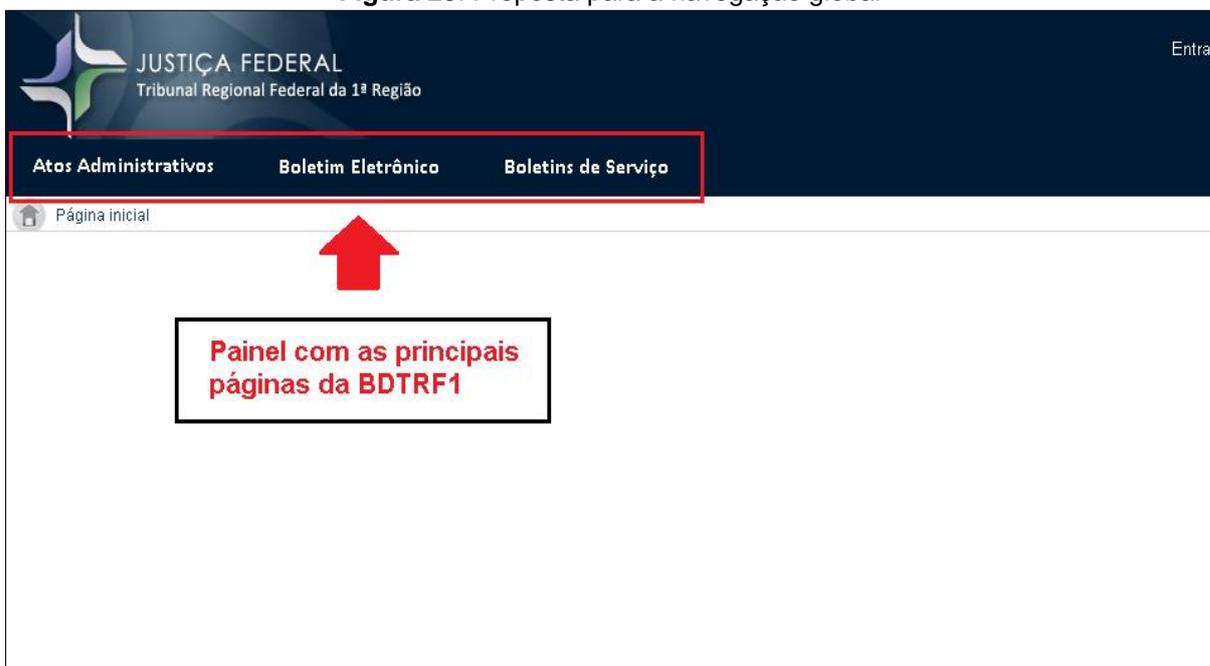
Fonte: BDTRF1 (2017).

Vale salientar que o recurso de localização "Página inicial" enquadra-se também como um elemento da navegação global da BDTRF1, de tal forma que, independente da página em que esteja acessando naquele instante, o usuário saberá a sua posição ao observar esse recurso, bem como poderá retroceder a páginas anteriores até a *homepage*.

#### 4.5 PROPOSTAS DE MELHORIA À NAVEGAÇÃO

A primeira sugestão de melhoria à navegação da BDTRF1 está relacionada com a navegação global. Como exemplificado na figura 2, esse elemento é de grande importância para que o usuário tenha uma visão ampla das principais páginas da biblioteca digital, movendo-se entre elas. Nesse sentido, a proposta inicial refere-se à implementação de um painel de navegação com as principais páginas da BDTRF1, a saber: Atos Administrativos, Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região e Boletins de Serviço (figura 25).

**Figura 25:** Proposta para a navegação global



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A segunda proposição destina-se a implementação de uma navegação contextual, assim como exemplificado na figura 4, uma vez que esse elemento visa ser uma forma de acesso rápido a outros *links* (internos ou externos) de interesse do usuário. Nesta proposição, defende-se a inclusão de *links* que a BDTRF1 julgue interessante ao seu usuário como notícias sobre a biblioteca, informações sobre a legislação ao qual se encontra envolvido o TRF1, o regimento interno da Instituição etc. (figura 26). Neste caso, sugere-se que este quadro, rotulado de “Links rápidos”, seja implementado abaixo da aba “Navegar” (figura 17).

**Figura 26:** Proposta para a navegação contextual



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A terceira proposta refere-se a um mapa do *website*, assim como exemplificado na figura 6, entretanto, na navegação da BDTRF1, não foi um elemento identificado conforme os preceitos do Morville e Rosenfeld (2006). Neste caso, ampliando o exemplo de “Acervos e Coleções” (figura 19), os *links* da proposta do mapa de *website* da biblioteca digital estariam dispostos conforme apresentado na figura 27, disponibilizando todas as informações da BDTRF1 a partir da navegação das seguintes categorias:

- Seção Judiciária da Bahia;
- Seção Judiciária de Goiás;
- Seção Judiciária de Minas Gerais;
- Seção Judiciária de Rondônia;
- Seção Judiciária de Roraima;
- Seção Judiciária de Tocantins;
- Seção Judiciária do Acre;
- Seção Judiciária do Amapá;
- Seção Judiciária do Amazonas;
- Seção Judiciária do Distrito Federal;
- Seção Judiciária do Maranhão;
- Seção Judiciária do Mato Grosso;
- Seção Judiciária do Pará;
- Seção Judiciária do Piauí;
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região;
- Diário da Justiça – eDJF1;
- Atos Administrativos TRF1;
- Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região;
- Boletins de Serviço (até 30 de junho de 2014);
- Navegar;
- Busca simples;
- Entre em contato;
- Deixe sua opinião.

Figura 27: Proposta para o mapa do *website*

**Mapa da BDTRF1**

- Seção Judiciária da Bahia
  - Atos Administrativos SJBA
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJBA
- Seção Judiciária de Goiás
  - Atos Administrativos - SJGO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJGO
- Seção Judiciária de Minas Gerais
  - Atos Administrativos - SJMG
  - Boletins de Serviço (até 27 de fevereiro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJMG
- Seção Judiciária de Rondônia
  - Atos Administrativos SJRO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJRO
- Seção Judiciária de Roraima
  - Atos Administrativos SJRR
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJRR
- Seção Judiciária de Tocantins
  - Atos Administrativos SJTO
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJTO
- Seção Judiciária do Acre
  - Atos Administrativos SJAC
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJAC
- Seção Judiciária do Amapá
  - Atos Administrativos SJAP
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJAP
- Seção Judiciária do Amazonas
  - Atos Administrativos SJAM
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJAM
- Seção Judiciária do Distrito Federal
  - Atos Administrativos SJDF
  - Boletins de Serviço (até 13 de abril de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJDF
- Seção Judiciária do Maranhão
  - Atos Administrativos SJMA
  - Boletins de Serviço (até 27 de fevereiro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJMA
- Seção Judiciária do Mato Grosso
  - Atos Administrativos SJMT
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJMT
- Seção Judiciária do Pará
  - Atos Administrativos SJPA
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJPA
- Seção Judiciária do Piauí
  - Atos Administrativos SJPI
  - Boletins de Serviço (até 30 de novembro de 2015)
  - Processos Históricos
  - Publicações da SJPI
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região
  - Atos Administrativos TRF1
  - Banco de Boas Práticas
  - Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região
  - Boletins de Serviço (até 30 de junho de 2014)
  - Documentos Históricos
  - Jurisprudência Administrativa
  - Produção Intelectual
  - Publicações do TRF1 - Biblioteca Depositária
  - e-DJF1 - Diário da Justiça Federal da 1ª Região
- Diário da Justiça – eDJF1
- Atos Administrativos TRF1
  - Autor
  - Assunto
  - Data de publicação
  - Tipo de Ato
  - Unidade publicadora
- Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região
  - Autor
  - Data de publicação
- Boletins de Serviço (até 30 de junho de 2014)
  - Autor
  - Data de publicação
- Navegar
  - Acervos e Coleções
  - Por data do documento
  - Autores
  - Títulos
  - Assuntos
- Busca simples
  - Como pesquisar
  - Busca avançada
- Entre em contato
- Deixe sua opinião

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Também seria interessante alterar o rótulo do *link* “Acervos e Coleções” para “Mapa da biblioteca digital”, assim como mostrado na figura 28, fazendo jus a ampliação de *links* à navegação da BDTRF1 pelo usuário. Além disso, sugere-se que o referido conteúdo seja implementado na aba “Navegar” (figura 17), que é um dos itens que fazem parte da barra de navegação local. Dessa forma, acredita-se que seria mais coerente ao usuário encontrar o *link* de navegação “Mapa da biblioteca digital”.

Figura 28: Proposta de rótulo para o mapa do *website*

Antes	Depois	
<div style="background-color: #002060; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Navegar</div> <div style="background-color: #e0e0e0; padding: 10px; margin-top: 5px;"> <p><b>Todo o repositório</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acervos e Coleções</li> <li>Por data do documento</li> <li>Autores</li> <li>Títulos</li> <li>Assuntos</li> </ul> </div>	➔	<div style="background-color: #002060; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Navegar</div> <div style="background-color: #e0e0e0; padding: 10px; margin-top: 5px;"> <p><b>Todo o repositório</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li style="border: 1px solid red; padding: 2px;">Mapa da biblioteca digital</li> <li>Por data do documento</li> <li>Autores</li> <li>Títulos</li> <li>Assuntos</li> </ul> </div>

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A navegação por índice está contemplada na BDTRF1 (figura 20), entretanto, não de maneira explícita. Com isso, também no interior da aba “Navegar” (figura 17), sugere-se a criação de um rótulo intitulado de “Índice” e organizado alfabeticamente por “Autores”, “Títulos” e “Assuntos”, como a quarta proposta. Diante da supracitada recomendação, acredita-se que o usuário saberá, previamente, que essas páginas estão organizadas como um índice alfabético (figura 29), bem como terá facilidade de encontrar o propositivo rótulo aqui discutido.

Figura 29: Proposta de Índice



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A quinta proposta refere-se ao guia do *website*, recurso ao qual não foi identificado na BDTRF1. Conforme o exemplo da figura 8, parte-se do pressuposto de que um guia oferece benefícios de navegação aos usuários, especialmente àqueles que acessam o ambiente pela primeira vez, ou raramente. Neste caso, de acordo com a figura 30, a biblioteca digital apresentaria uma espécie de pequeno “tutorial”, organizado nas seguintes formas de navegação:

1. Aborda a forma geral de navegação na BDTRF1, explorando as principais páginas localizadas no menu superior;
2. Recursos do campo “Navegar”: mapa do *website*, índice de autores, títulos e assuntos;
3. Buscas: simples ou avançada.

**Figura 30:** Proposta de guia

## Guia

A BDTRF1 utiliza as seguintes formas de navegação:

Primeiramente, você pode explorar o ambiente através do menu localizado na parte superior da página, que te dá acesso as principais páginas da BDTRF1.

Atos Administrativos
Boletim Eletrônico
Boletins de Serviço

Você pode também utilizar os recursos do campo “Navegar” ao lado direito da página, onde se encontra o mapa da biblioteca digital que te dá acesso aos *links* da BDTRF1 como um todo. No caso de você estar procurando um nome específico, uma boa opção seria utilizar os índices de autores, títulos ou assuntos, que são organizados alfabeticamente.

Navegar

**Todo o repositório**

- Mapa da biblioteca digital
- Por data do documento
- Índice
  - Autores
  - Títulos
  - Assuntos

Outra maneira é através dos campos de pesquisa, localizados na parte superior direita da página. Pode ser feito através da pesquisa por busca simples, retornando resultados em toda a biblioteca, ou pela busca avançada que possui filtros para refinar o resultado da busca.

Busca simples

Ir

Como pesquisar ?

[Busca avançada](#)

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

O usuário pode ter acesso ao guia, através de um *link* ao qual sugere-se que seja implementado também na aba “Navegar” (figura 17). De acordo com a figura 31 é possível verificar a disposição do rótulo guia, na mesma perspectiva dos itens “Mapa da biblioteca digital”, “Por data do documento” e “Índice”.

**Figura 31:** Proposta de rótulo para o guia

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

A sexta proposta está relacionada aos navegadores, especialmente quanto a formatação de cores dos *links* visitados e não visitados. Como observado anteriormente (figura 23), os *links* nos navegadores *Mozilla Firefox*, *Google Chrome* e *Internet Explorer* mudam de cor, mas é quase imperceptível na BDTRF1. A partir de questões como usuários com problemas de visão, monitores mal configurados etc., existirão dificuldades quanto a mudança na tonalidade da cor azul. Portanto, seguindo o exemplo da figura 9, a estratégia de diferenciar os *links*, entre visitados e não visitados, seria a utilização de cores inversas, como preto e branco, azul e vermelho entre outras combinações. No caso da figura 32, exemplifica-se a partir da utilização da cor azul para as páginas visitadas e a cor vermelha para os *websites* não visitados.

**Figura 32:** Proposta de formatação de *links* visitados e não visitados



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Em suma, com base na análise realizada na BDTRF1 à luz dos sistemas de navegação que contempla a AI apresentada por Morville e Rosenfeld (2006), as proposições de melhoria à navegação da biblioteca digital estudada está direcionada a seis pontos específicos: navegação global, navegação contextual, mapa do *website*, índice, guia e navegadores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade recente vem encarando a informação como um componente de subsídio ao seu posicionamento e tomada de decisão, de tal forma que se apresenta crescente a preocupação com a elaboração de instrumentos que permitam a preservação, recuperação e disseminar de informação. O idealizado panorama vai ao encontro dos adventos das TIC, especialmente a Internet, aos quais apresentam as informações nos ambientes como as bibliotecas digitais.

Ao passo que a informação se torna presente, também surge a preocupação quanto as estratégias que permitirão ao usuário compreender a dinâmica de funcionamento do ambiente em que está acessando e caminhar pelos passos necessários até a informação desejada. Neste sentido, surgem os estudos realizados no âmbito da AI, especialmente quanto a estruturação de *websites*, entre os quais, citam-se as lojas virtuais, por exemplo.

Entre as preocupações discursivas da AI está a navegação, foco do estudo realizado na BDTRF1, centrado na proposta dos autores Morville e Rosenfeld (2006), amplamente discutida na literatura nacional como modelo indicativo/propositivo. Para tanto, o enfoque esteve referente aos sistemas embutidos, aos sistemas suplementares, aos navegadores e a perspectiva de localização.

Por meio da análise e comparação dos elementos dos sistemas de navegação indicados por Morville e Rosenfeld (2006), foi possível identificar os recursos contemplados (e não) na BDTRF1. Os sistemas embutidos estão contemplados parcialmente, ofertando uma simples navegação global, opondo-se à navegação local, vista como empregada de maneira satisfatória, enquanto que a navegação contextual não foi identificada. Quanto aos sistemas suplementares, foi possível observar que existe uma estrutura semelhante ao mapa de *website* proposto por Morville e Rosenfeld (2006), mas que não pode ser considerado uma representação que indica todas as páginas da biblioteca digital, diferentemente do índice que está contemplado em três aspectos (autores, títulos e assuntos), ao passo que a BDTRF1 oferece uma espécie de guia, neste caso, apenas relacionado a pesquisas e não ao uso do ambiente como um todo. Em relação aos navegadores, todos os programas testados, para navegar na BDTRF1, apresentaram as mesmas características de formatação quanto a diferenciação de links visitados (clikados) e não visitados. O último recurso analisado, a localização, não existe um rótulo

específico com o nome “Você está aqui”, mas uma barra de navegação que atende a esta função, iniciado pelo ícone que representa uma “casa”, seguido do rótulo de “Página inicial”, e finalizado pela página aberta naquele momento.

Diante da análise e comparações realizadas, seis sugestões à navegação foram apresentadas, sobre: navegação global, navegação contextual, mapa do *website*, índice, guia e navegadores. Entretanto, vale salientar que as sugestões elencadas não devem ser vistas como uma solução permanente às melhorias de navegação da BDTRF1, mas pensadas como um passo (incentivo) a realização (aprofundada) de estudos e testes futuros, com o propósito de mostrar mais caminhos aos serviços prestados pela biblioteca digital, confrontando e/ou complementando as proposições aqui apresentadas.

Concluiu-se que analisar a BDTRF1 à luz dos sistemas de navegação de Morville e Rosenfeld (2006) foi fundamental para identificar contemplações e problemas na interface navegacional, ao passo de substanciar sugestões de melhorias à navegação, inferindo-se que a BDTRF1 apresenta uma proposta de navegação mediana, que atende parcialmente aos preceitos dos referenciais teóricos supracitados.

Por fim, no entusiasmo pelos resultados, acredita-se que a experiência de navegação dos usuários pode ser mais eficiente, em consonância com a maior qualidade nos serviços prestados, neste caso, pela BDTRF1. Cria-se, então, um estímulo para à busca pelo aprofundamento de estudos na área, inclusive por alunos de graduação dos cursos de biblioteconomia, permitindo que discussões sejam travadas não apenas sobre as atividades técnicas de tratamento da informação, por exemplo, mas como os ambientes digitais podem ser desenvolvidos e implementados a partir das pontuações de bibliotecários ao longo do processo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. **Definition and Purposes of a Digital Library**. 1995. Disponível em: <<http://home.wlu.edu/~whaley/classes/DigiLib/Whaley/Definition.html>>. Acesso em: 27 maio 2017.

AZEVEDO, D. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa - diferenças e propósitos. **Working paper**, 2016. Disponível em: <<https://unisinovs.academia.edu/DeborazAzevedo/Papers>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

BARRETO, A. A. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, dez. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640/644>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

BATLEY, S. **Information Architecture for Information Professionals**. Oxford: Chandos, 2007.

BUSH, V. As We May Think. **The Atlantic**, jul. 1945. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CAMARGO, L. S. A. **Arquitetura da Informação para Biblioteca Digital Personalizável**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93705>>. Acesso em: 22 maio 2017.

CAPURRO, R. **Epistemologia e ciência da informação**. 2003. Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 1 abr. 2007.

\_\_\_\_\_.; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/6690>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI**. São Paulo: Atlas, 1998.

CUENCA, A. M. B. et al. Biblioteca virtual e o acesso às informações científicas e acadêmicas. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 80, p. 72-83, dez./fev. 2008-2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13717>>. Acesso em: 27 maio 2017.

CUNHA, M. B. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 2-17, abr. 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/221>>. Acesso em: 27 maio 2017.

\_\_\_\_\_.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DA SILVA, M. B.; MIRANDA, Z. D. A arquitetura da informação do portal institucional BVS FIOCRUZ à luz do sistema de organização. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 17, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4194>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/7802>>. Acesso em: 27 maio 2017.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. **A working definition of digital library**. 1998. Disponível em: <<https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>>. Acesso em: 27 maio 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/52806>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 mar./abr. 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LACERDA, F. **Arquitetura da informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2504826/Arquitetura\\_da\\_Informação\\_aspectos\\_epistemológicos\\_científicos\\_e\\_práticos](https://www.academia.edu/2504826/Arquitetura_da_Informação_aspectos_epistemológicos_científicos_e_práticos)>. Acesso em: 22 maio 2017.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Figueiredo Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA-MARQUES, M.; LACERDA, F. Arquitetura da informação: base para a gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento [em corporações]**. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p. 241-255. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/465>>. Acesso em: 22 maio 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, G. L. Limites e possibilidades das TIC na educação. **Revista de Ciências da Educação**, Sísifo, 03, p. 41-50, 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/28175839\\_Limites\\_e\\_possibilidades\\_das\\_TIC\\_na\\_educacao](https://www.researchgate.net/publication/28175839_Limites_e_possibilidades_das_TIC_na_educacao)>. Acesso em: 5 mar. 2007.

MOOERS, C. **The Theory of Digital Handling of Non-numerical Information and its Implications to Machine Economics**. Boston: Zator Company, 1950.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web**. O`Reilly Media: 2006.

NIELSEN, J. **Designing Web Usability: The Practice of Simplicity**. California: New Riders, 1999.

OLIVEIRA, C. B. **Uma proposta de Arquitetura da Informação para o processo de inovação em centros de pesquisa**. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10918>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

PONTES, F. V. **Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações: uma abordagem baseada na classificação facetada e taxonomias dinâmicas**. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-97FGQ6>>. Acesso em: 27 maio 2017.

REIS, G. A. **Centrando a arquitetura de informação no usuário**. 250 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-23042007-141926/pt-br.php>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ROBREDO, J. Sobre arquitetura da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/13161>>. Acesso em: 22 maio 2017.

ROSETTO, M. Bibliotecas Digitais - cenário e perspectivas. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 101-130, ago. 2008. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/101/92>>. Acesso em: 27 maio 2017.

SALVIATO, T. Biblioteca digital. **Primeira região em revista**, Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, Ano V, n. 48, p. 12-17, ago. 2014. Disponível em: <<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/imprensa/primeira-regiao-em-revista/primeira-regiao-em-revista.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

SANTOS, C. M.; ASSUNÇÃO, S. S. Biblioteca digital: uma evolução da biblioteca convencional. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2104>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital? **Revista USP**, São Paulo, n. 80, p. 6-17, dez./fev. 2008-2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709/15527>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática e internet**. São Paulo: Nobel, 1999.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIQUEIRA, A. H. **Arquitetura da Informação: Uma proposta para a fundamentação e caracterização da disciplina científica**. 402 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12157>>. Acesso em: 22 maio 2017.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 52-66, nov. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1124>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **A Biblioteca Digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TOUTAIN, L. M. B. B. Biblioteca digital: definição de termos. In: SAYÃO, Luís (Org). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2005. p. 15-24. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1013>>. Acesso em: 27 maio 2017.

WITTEN, I. H.; BAINBRIDGE, D. **How to build a digital library**. São Francisco: Morgan Kaufmann Publisher, 2003.

WURMAN, R. S. **Bio**. 2017. Disponível em: <[www.wurman.com](http://www.wurman.com)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

## ANEXO A

E-DJF1

Ano VI N° 121 Brasília-DF Disponibilização: quinta-feira, 26 de

## PORTARIA PRESI/SECGE N° 217, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Institui a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e regulamenta a publicação de atos administrativos neste meio de divulgação.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo 5.374/2012,

## CONSIDERANDO:

- a) a existência concomitante de duas bases de dados para depósito e consulta dos atos administrativos do TRF 1ª Região e a importância de reunir esses atos numa única base de dados;
- b) a necessidade de adotar medidas para racionalizar o trabalho, otimizar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis e evitar a duplicidade de esforços;
- c) o Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, que instituiu o Boletim de Serviço para publicação dos atos de pessoal e administrativos de caráter interno do TRF 1ª Região;
- d) a Resolução/Presi 600-11 de 4 de outubro de 2007, que instituiu o Diário da Justiça Federal da 1ª Região, em formato eletrônico, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos de caráter externo do TRF 1ª Região;
- e) que as unidades publicadoras de atos administrativos deste Tribunal já receberam treinamento presencial de representantes da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental;
- f) a necessidade de regulamentar os procedimentos para envio de matérias a serem publicadas no Boletim Eletrônico e na Coleção Atos Administrativos da Biblioteca Digital do TRF 1ª Região, resolve:

CAPÍTULO I  
DA BIBLIOTECA DIGITAL

Art. 1º Fica instituída a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - BDTRF1, com a finalidade de reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, documentos, atos e publicações do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa.

§ 1º A BDTRF1 é uma coleção de documentos preparados de forma digital na sua origem ou produzidos mediante digitalização de materiais existentes, fornecendo os recursos para selecionar, estruturar, oferecer acesso, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a sua permanência no tempo.

*Editorado e Disponibilizado*

§ 2º Os documentos institucionais depositados na BDTRF1 constituem patrimônio intelectual da Justiça Federal da 1ª Região e possuem caráter permanente.

§ 3º O acesso à BDTRF1 é disponibilizado para os públicos interno e externo por meio do Portal do TRF 1ª Região.

Art. 2º A Divisão de Biblioteca e Acervo Documental - DIBIB é a unidade gestora da BDTRF1, a quem compete:

I - propor as políticas e as diretrizes relativas aos conteúdos a serem depositados na BDTRF1;

II - propor a criação de novas coleções;

III - administrar e manter o conteúdo de acordo com os padrões adotados para organização de repositórios digitais;

IV - fiscalizar os dados cadastrados nos metadados, garantindo que o conteúdo depositado alinhe-se às técnicas e normas relativas à preservação digital;

V - elaborar o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1.

## CAPÍTULO II DO CONTEÚDO DA BDTRF1

Art. 3º O conteúdo da BDTRF1 é organizado em coleções classificadas de acordo com os tipos de documentos e informações de mesma natureza, conforme descrição seguinte:

I - atos administrativos do TRF 1ª Região;

II - boletim eletrônico;

III - boletins de serviço (até 30/06/2014);

IV - doutrina;

V - publicações institucionais (relatórios, revistas, memórias, manuais etc.);

VI - produção intelectual de magistrados do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região;

VII - produção intelectual de servidores do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região, relacionada às áreas de interesse do TRF 1ª Região;

VIII - palestras;

IX - discursos;

X - vídeos e fotos institucionais;

XI - boas práticas;

XII - outros documentos pertinentes à atividade judicante de interesse da sociedade, mediante avaliação da DIBIB.

Parágrafo único. As áreas de interesse do TRF 1ª Região são aquelas estabelecidas no Manual do Adicional de Qualificação.

Art. 4º A publicação de conteúdo em coleção da BDTRF1 está sujeita às regras de envio, depósito, padronização e adesão estabelecidas neste ato e no Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1.

Art. 5º A publicação de documentos na BDTRF1 deve respeitar a legislação de direitos autorais vigente, bem como eventuais restrições impostas pela sua natureza.

§ 1º Para preservar a segurança das informações, os documentos divulgados na BDTRF1 podem ser de acesso público ou restrito.

§ 2º A restrição de acesso à registros da BDTRF1 observará o disposto na Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

§ 3º As publicações elencadas no art. 3º, incisos IV a XII, desta Portaria, depositadas na BDTRF1 são de acesso público, resguardadas as disposições da Lei 9.610/1998 - Lei de Direito Autoral.

### CAPÍTULO III DA COLEÇÃO ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 6º A Coleção Atos Administrativos é o veículo oficial de publicação de atos administrativos de natureza externa do TRF 1ª Região, disponibilizada para consulta diária do público interno e externo na BDTRF1.

Parágrafo único. É permitida a pesquisa dos atos depositados na Coleção Atos Administrativos por meio de sítios de busca disponíveis na rede mundial de computadores.

Art. 7º Os atos administrativos publicados no Diário Oficial da União - DOU por força de lei ou no Diário da Justiça Federal da 1ª Região - e-DJF1 por força da Resolução Presi 600-11 de 04/10/2007 permanecerão sendo publicados no DOU e no e-DJF1, com cópia depositada na Coleção Atos Administrativos pelas unidades emissoras.

§ 1º Os atos administrativos que entram em vigor a partir da publicação no DOU ou no e-DJF1 só devem ser depositados na Coleção Atos Administrativos após a veiculação oficial daqueles diários, com os respectivos números da publicação, data e página, fazendo-se referência à edição extra, quando for o caso.

§ 2º Cabe à DIBIB conferir o depósito de todos os atos administrativos publicados no DOU e no e-DJF1 na Coleção Atos Administrativos pelo período de seis meses e, após esse período, por amostragem significativa.

### CAPÍTULO IV DA COLEÇÃO BOLETIM ELETRÔNICO

Art. 8º A coleção Boletim Eletrônico é o veículo oficial de publicação de atos administrativos de natureza interna do TRF 1ª Região e será publicado de segunda a sexta-feira, em dias úteis, na BDTRF1, disponível para acesso exclusivo do público interno do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região.

Parágrafo único. As matérias administrativas de caráter interno, anteriormente publicadas no Boletim de Serviço, passarão a ser publicadas no Boletim Eletrônico da BDTRF1.

Art. 9º As unidades emissoras dos atos administrativos são as responsáveis pelo seu depósito no Boletim Eletrônico.

### CAPÍTULO V DA COLEÇÃO BOLETINS DE SERVIÇO (ATÉ 30/06/2014)

Art. 10 A coleção Boletins de Serviço (até 30/06/2014) reúne todos os Boletins de Serviço publicados pelo TRF 1ª Região, desde a sua instituição, pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, até a sua última edição, no dia 30 de junho de 2014.

### CAPÍTULO VI DAS DEMAIS COLEÇÕES

Art. 11 O depósito e a manutenção de documentos nas coleções de que tratam os incisos IV a XII do art. 3º desta Portaria serão efetuados pela DIBIB.

Parágrafo único. Poderá ser criada comissão formada por magistrados e servidores para análise e seleção do material que comporá o acervo das coleções de que trata este artigo.

### CAPÍTULO VII DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 12 Os atos administrativos do TRF 1ª Região terão depósito obrigatório na BDTRF1.

Art. 13 A inclusão dos atos administrativos na BDTRF1 deve obedecer às disposições desta Portaria e do Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, a ser elaborado pela DIBIB no prazo de 30 dias e disponibilizado no Portal do TRF 1ª Região, na página da Biblioteca.

Art. 14 A cláusula de revogação contida nos atos administrativos de natureza interna ou externa deverá relacionar, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas, alteradas ou suspensas com a entrada em vigor do referido ato.

Parágrafo único. Cabe à DIBIB atualizar os metadados dos atos depositados anteriormente, indicando a nova situação quando ele for alterado, revogado ou suspenso.

Art. 15 É proibida a retificação de ato administrativo já publicado no Boletim Eletrônico ou na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1.

*Editorado e Disponibilizado*

§ 1º Em caso de erro material, incorreção ou necessidade de alteração de atos já publicados, novo ato deve ser depositado pela unidade emissora, com as devidas atualizações nos metadados, mencionando-se a republicação e o motivo que lhe deu causa.

§ 2º Quando detectada incorreção na descrição dos metadados

ou quando os atos estiverem em desacordo com o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, a DIBIB rejeitará eletronicamente o depósito e solicitará às unidades depositantes nova inclusão com as correções necessárias.

Art. 16 Os atos administrativos depositados no Boletim Eletrônico ou na Coleção Atos Administrativos devem apresentar a data de assinatura do respectivo ato e o nome do seu signatário.

Art. 17 A responsabilidade pelo conteúdo do texto, pela fidedignidade das informações e pela revisão gramatical dos atos administrativos depositados na BDTRF1 é da unidade emissora.

Art. 18 Os atos administrativos depositados na respectiva coleção da BDTRF1 até às 15 horas, desde que enviados corretamente, serão publicados no mesmo dia e aqueles depositados após esse horário serão publicados no dia útil subsequente.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, o ato depositado após as 15 horas poderá ser publicado até as 17 horas do mesmo dia, desde que enviado corretamente e solicitado por escrito pelo titular da unidade depositante.

Art. 19 Para os efeitos desta Portaria, consideram-se atos administrativos do TRF 1ª Região, entre outros que demandem conhecimento de terceiros:

- I - decisões administrativas;
- II - atas e pautas administrativas;
- III - provimentos, resoluções, portarias, orientações e instruções normativas;
- IV - editais administrativos, avisos e comunicados;
- V - expedientes, extratos, termos, ordens de serviço e enunciados;
- VI - contratos, convênios, aditivos e distratos;
- VII - despachos de autoridades administrativas relacionados a interesses individuais;
- VIII - atos oficiais que autorizem, permitam ou concedam a execução de serviços por terceiros; e
- IX - atos relativos a pessoal cuja publicação decorrer de disposição legal.

#### CAPÍTULO VIII DA DESATIVAÇÃO DAS DEMAIS BASES DE DADOS E VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 20 A edição do Boletim de Serviço do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, instituído pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, será gradativamente desativada em face da implantação da coleção Boletim Eletrônico na BDTRF1.

§ 1º No período de 24/06/2014 a 30/06/2014, a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá de forma concomitante no Boletim de Serviço e no Boletim de Eletrônico, para os atos de natureza interna; e no e-DJF1 e na Coleção Atos Administrativos, para os atos de natureza externa.

§ 2º A partir de 1º/07/2014 a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá somente por intermédio do Boletim Eletrônico, para os atos de natureza interna, e da Coleção Atos Administrativos, para os atos de natureza externa, desativando-se definitivamente o Boletim de Serviço.

Art. 21 A base de dados Documentos Oficiais, antigo repositório de atos administrativos, disponível no Portal do TRF 1ª Região, no menu Legislação/submenu Atos Normativos (na internet) ou no menu Atos do Tribunal/submenu Atos Normativos (na intranet), será desativada no dia 1º/07/2014 em face da implantação da Coleção Atos Administrativos na BDTRF1.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica às bases de dados Documentos Oficiais das páginas eletrônicas das Seções e Subseções Judiciárias que contiverem atos administrativos locais.

§ 2º A consulta aos atos administrativos do TRF 1ª Região mediante a base de dados Pergamum será inibida temporariamente, com vistas a incentivar o uso da pesquisa de atos normativos na BDTRF1.

§ 3º Cabe à Seção de Conteúdo Web da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação providenciar a atualização do Portal do TRF 1ª Região, de modo a excluir os links para as bases Documentos Oficiais e Pergamum e incluir link apontando para a Biblioteca Digital, com sub-menus Boletim Eletrônico e Atos Administrativos.

#### CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 A veiculação dos atos administrativos do TRF 1ª Região será efetuada no Boletim Eletrônico e na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1, no Portal do TRF 1ª Região a partir do dia 24 de junho de 2014.

Art. 23 As unidades depositantes deverão informar à unidade gestora, por escrito, o nome do servidor responsável pelo depósito dos atos, bem como o de seu substituto.

Parágrafo único. A DIBIB providenciará os treinamentos necessários aos servidores indicados pela unidades depositantes.

Art. 24 A Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação deverá providenciar a alteração da Resolução Presi 600-11 de 04/10/2007 para determinar que os atos administrativos de caráter externo passem a ser publicados exclusivamente na Coleção Atos Administrativos.

Art. 25 A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá tomar as providências necessárias para que todos os atos administrativos publicados na BDTRF1 sejam certificados digitalmente a partir de 1º de outubro de 2014.

Art. 26 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 27 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, a Portaria Diges/Presi 671 de 14/08/2001 e a Portaria Presi/Secge 76 de 24/03/2014.

Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO  
Presidente

## ANEXO B



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### PORTARIA PRESI/SECGE 217/2014 - CONSOLIDADA

[Portaria Presi/Secge 217 de 20 de junho de 2014 – original](#)

Alterada por:

[Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015](#)

[Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016](#)

Institui a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e regulamenta a publicação de atos administrativos neste meio de divulgação.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo 5.374/2012,

#### CONSIDERANDO:

- a) a existência concomitante de duas bases de dados para depósito e consulta dos atos administrativos do TRF 1ª Região e a importância de reunir esses atos numa única base de dados;
- b) a necessidade de adotar medidas para racionalizar o trabalho, otimizar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis e evitar a duplicidade de esforços;
- c) o Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, que instituiu o Boletim de Serviço para publicação dos atos de pessoal e administrativos de caráter interno do TRF 1ª Região;
- d) a Resolução Presi 600-11 de 4 de outubro de 2007, que instituiu o Diário da Justiça Federal da 1ª Região, em formato eletrônico, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos de caráter externo do TRF 1ª Região;
- e) que as unidades publicadoras de atos administrativos deste Tribunal já receberam treinamento presencial de representantes da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental;
- ~~f) a necessidade de regulamentar os procedimentos para envio de matérias a serem publicadas no Boletim Eletrônico e na Coleção Atos Administrativos da Biblioteca Digital do TRF 1ª Região;~~
- f) a necessidade de regulamentar os procedimentos para envio de matérias a serem publicadas na Coleção Atos Administrativos da Biblioteca Digital do TRF 1ª Região – BDTRF1, [\(Redação dada pela Portaria Presi 384 de 6 de novembro de 2015\)](#)

#### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DA BIBLIOTECA DIGITAL

**Art. 1º** Fica instituída a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – BDTRF1, com a finalidade de reunir, armazenar, disponibilizar e divulgar, em meio digital, documentos, atos e publicações do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região em acervos específicos, unificando ferramentas de pesquisa.

**§ 1º** A BDTRF1 é uma coleção de documentos preparados de forma digital na sua origem ou produzidos mediante digitalização de materiais existentes, fornecendo os recursos para selecionar, estruturar, oferecer acesso, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a sua permanência no

tempo.

§ 2º Os documentos institucionais depositados na BDTRF1 constituem patrimônio intelectual da Justiça Federal da 1ª Região e possuem caráter permanente.

~~§ 3º O acesso à BDTRF1 é disponibilizado para os públicos interno e externo por meio do Portal do TRF 1ª Região.~~

§ 3º O acesso à BDTRF1 é disponibilizado para os públicos interno e externo por meio do Portal do TRF 1ª Região e suas seccionais. [\(Redação dada pela Portaria 384 de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 2º** A Divisão de Biblioteca e Acervo Documental – Dibib é a unidade gestora da BDTRF1, a quem compete:

**I** – propor as políticas e as diretrizes relativas aos conteúdos a serem depositados na BDTRF1;

**II** – propor a criação de novas coleções;

**III** – administrar e manter o conteúdo de acordo com os padrões adotados para organização de repositórios digitais;

**IV** – fiscalizar os dados cadastrados nos metadados, garantindo que o conteúdo depositado alinhe-se às técnicas e normas relativas à preservação digital;

**V** – elaborar o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1.

## CAPÍTULO II DO CONTEÚDO DA BDTRF1

**Art. 3º** O conteúdo da BDTRF1 é organizado em coleções classificadas de acordo com os tipos de documentos e informações de mesma natureza, conforme descrição seguinte:

~~**I** – atos administrativos do TRF 1ª Região;~~

**I** – atos administrativos do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região; [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~**II** – boletim eletrônico; [\(Revogado dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

**III** – jurisprudência administrativa [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

~~**III** – boletins de serviço (até 30/06/2014);~~

**IV** – boletins de serviço do Tribunal (até 30/06/2014) e da Justiça Federal da 1ª Região (até 30/11/2015); [\(Redação dada pela Portaria 384 de 6 de novembro de 2015 e renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#).

**V** – doutrina; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**VI** – publicações institucionais (relatórios, revistas, memórias, manuais etc.); [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**VII** – produção intelectual de magistrados do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**VIII** – produção intelectual de servidores do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região, relacionada às áreas de interesse do TRF 1ª Região; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**IX** – palestras; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**X** – discursos; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**XI** – vídeos e fotos institucionais; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**XII** – boas práticas; [\(Renumerado pela Portaria Presi 328 de 28 de setembro de 2016\)](#)

XIII – outros documentos pertinentes à atividade judicante de interesse da sociedade, mediante avaliação da Dibib. [\(Renumerado pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Parágrafo único.** As áreas de interesse do TRF 1ª Região são aquelas estabelecidas no Manual do Adicional de Qualificação.

**Art. 4º** A publicação de conteúdo em coleção da BDTRF1 está sujeita às regras de envio, depósito, padronização e adesão estabelecidas neste ato e no Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1.

**Art. 5º** A publicação de documentos na BDTRF1 deve respeitar a legislação de direitos autorais vigente, bem como eventuais restrições impostas pela sua natureza.

§ 1º Para preservar a segurança das informações, os documentos divulgados na BDTRF1 podem ser de acesso público ou restrito.

§ 2º A restrição de acesso a registros da BDTRF1 observará o disposto na Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

§ 3º As publicações elencadas no art. 3º, incisos IV a XII, desta Portaria, depositadas na BDTRF1 são de acesso público, resguardadas as disposições da Lei 9.610/1998 – Lei de Direito Autoral.

### **CAPÍTULO III DA COLEÇÃO ATOS ADMINISTRATIVOS**

#### **CAPÍTULO III DA COLEÇÃO ATOS ADMINISTRATIVOS E DA COLEÇÃO JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

[\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

~~**Art. 6º** A Coleção Atos Administrativos é o veículo oficial de publicação de atos administrativos de natureza externa do TRF 1ª Região, disponibilizada para consulta diária do público interno e externo na BDTRF1.~~

~~**Art. 6º** A Coleção Atos Administrativos é o veículo oficial de publicação de atos administrativos de natureza interna e externa do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região, disponibilizada para consulta diária do público interno e externo na BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

**Art. 6º** A Coleção Atos Administrativos é o veículo oficial de publicação de atos administrativos do Tribunal, das seções e subseções judiciárias, disponibilizada para consulta diária do público interno e externo na BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Parágrafo único.** É permitida a pesquisa dos atos depositados na Coleção Atos Administrativos por meio de sítios de busca disponíveis na rede mundial de computadores.

~~**Art. 7º** Os atos administrativos publicados no Diário Oficial da União – DOU por força de lei ou no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e DJF1 por força da Resolução Presi 600-11 de 04/10/2007 permanecerão sendo publicados no DOU e no e-DJF1, com cópia depositada na Coleção Atos Administrativos pelas unidades emissoras.~~

**Art. 7º** Os atos administrativos publicados no Diário Oficial da União – DOU por força de lei permanecerão sendo publicados no DOU, com cópia depositada na Coleção Atos Administrativos pelas unidades emissoras. [\(Redação dada pela Portaria 384 de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~§ 1º Os atos administrativos que entram em vigor a partir da publicação no DOU ou no e-DJF1 só devem ser depositados na Coleção Atos Administrativos após a veiculação oficial daqueles diários, com os respectivos números da publicação, data e página, fazendo-se referência à edição extra, quando for o caso.~~

§ 1º Os atos administrativos que entram em vigor a partir da publicação no DOU só devem ser depositados na Coleção Atos Administrativos após a veiculação oficial daqueles diários, com os respectivos números da publicação, data e página, fazendo-se referência à edição extra, quando for o caso.

[\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~§ 2º Cabe à Dbib conferir o depósito de todos os atos administrativos publicados no DOU e no e-DJF1 na Coleção Atos Administrativos pelo período de seis meses e, após esse período, por amostragem significativa.~~

§ 2º Os atos administrativos que por força da lei e das Resoluções Presi 600-11 de 04/10/2007 e Presi 25 de 05/12/2014 têm que ser publicados no e-DJF1 serão depositados na Coleção Atos Administrativos pelas unidades emissoras, os quais serão disponibilizados no Caderno Administrativo único consolidado do e-DJF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

§ 3º Cabe à Dbib e às Sebibs conferir o depósito de todos os atos administrativos publicados no DOU na Coleção Atos Administrativos pelo período de seis meses e, após esse período, por amostragem significativa. [\(Incluído pela Portaria 384 de 6 de novembro de 2015\)](#)

§ 4º As unidades emissoras dos atos administrativos são as responsáveis pelo seu depósito na Coleção Atos Administrativos. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 7º-A** A Coleção Jurisprudência Administrativa é o veículo oficial de publicação de inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos do TRF 1ª Região, disponibilizada para consulta diária do público interno e externo na BDTRF1. [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 7º-B** Compete à unidade emissora encaminhar o inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos do TRF 1ª Região, que compreende relatório, voto, ementa e acórdão, às respectivas unidades depositantes. [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

§ 1º São consideradas unidades emissoras do inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos do TRF 1ª Região: [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

I – o gabinete do relator do processo no Conselho de Administração, nos julgados da Corte Especial Administrativa e do Plenário; [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

II – a Secretaria do Bem-Estar Social – Secbe, nos julgados do Conselho Deliberativo do Pro-Social. [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

§ 2º São consideradas unidades depositantes, responsáveis pelo depósito do inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos do TRF 1ª Região na Coleção de Jurisprudência Administrativa: [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

I – a Assessoria de Assuntos da Magistratura – Asmag, responsável pelo depósito do inteiro teor dos julgados do gabinete do relator de competência dos órgãos colegiados administrativos do TRF 1ª Região; [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

II – a Secretaria do Bem-Estar Social, responsável pelo inteiro teor dos julgados de competência do Conselho Deliberativo do Pro-Social. [\(Incluído pela Portaria Presi 328 de 28 de setembro de 2016\)](#)

#### **CAPÍTULO IV DA COLEÇÃO BOLETIM ELETRÔNICO**

[\(Revogado pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~**Art. 8º** A coleção Boletim Eletrônico é o veículo oficial de publicação de atos administrativos de natureza interna do TRF 1ª Região e será publicado de segunda a sexta-feira, em dias úteis, na BDTRF1, disponível para acesso exclusivo do público interno do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região. [\(Revogado pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

~~**Parágrafo único.** As matérias administrativas de caráter interno, anteriormente publicadas no Boletim de Serviço, passarão a ser publicadas no Boletim Eletrônico da BDTRF1. [\(Revogado pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

~~**Art. 9º** As unidades emissoras dos atos administrativos são as responsáveis pelo seu depósito no Boletim Eletrônico. [\(Revogado pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

**CAPÍTULO V  
DA COLEÇÃO BOLETINS DE SERVIÇO (ATÉ 30/06/2014)**

**CAPÍTULO V  
DA COLEÇÃO BOLETINS DE SERVIÇO**

[\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 10.** A coleção Boletins de Serviço (até 30/06/2014) reúne todos os Boletins de Serviço publicados pelo TRF 1ª Região, desde a sua instituição, pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, até a sua última edição, no dia 30 de junho de 2014.

**Parágrafo único.** Os Boletins de Serviço das seções e subseções judiciárias publicados até 30 de novembro de 2015 serão migrados para a Biblioteca digital. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**CAPÍTULO VI  
DAS DEMAIS COLEÇÕES**

**Art. 11.** O depósito e a manutenção de documentos nas coleções de que tratam os incisos IV a XII do art. 3º desta Portaria serão efetuados pela Dibib:

**Art. 11.** O depósito e a manutenção de documentos nas coleções de que tratam os incisos IV a XI do art. 3º desta Portaria serão efetuados pela DIBIB e SEBIBs. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 11.** O depósito e a manutenção de documentos nas coleções de que tratam os incisos IV a XII do art. 3º desta Portaria serão efetuados pela Dibib. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Parágrafo único.** Poderá ser criada comissão formada por magistrados e servidores para análise e seleção do material que comporá o acervo das coleções de que trata este artigo. [\(Revogado pela Portaria 384 de 6 de novembro de 2015\)](#)

**CAPÍTULO VII  
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

**CAPÍTULO VII  
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E  
DA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

[\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 12.** Os atos administrativos do TRF 1ª Região terão depósito obrigatório na BDTRF1.

**Art. 12.** Os atos administrativos do Tribunal, das seções e subseções judiciárias terão depósito obrigatório na BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 12.** Os atos administrativos do Tribunal, das seções e subseções judiciárias e o inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos terão depósito obrigatório na BDTRF1 com veiculação efetuada, respectivamente, na Coleção Atos Administrativos e na Coleção Jurisprudência Administrativa da BDTRF1, no Portal do TRF 1ª Região. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 13.** A inclusão dos atos administrativos na BDTRF1 deve obedecer às disposições desta Portaria e do Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, a ser elaborado pela Dibib no prazo de 30 dias e disponibilizado no Portal do TRF 1ª Região, na página da Biblioteca:

~~**Art. 13.** A inclusão dos atos administrativos na BDTRF1 deve obedecer às disposições desta Portaria e do Manual de Inclusão de Dados na Biblioteca Digital de TRF 1ª Região. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

**Art. 13.** A inclusão dos atos administrativos e do inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos na BDTRF1 deverá obedecer às disposições desta Portaria e do Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 14.** A cláusula de revogação contida nos atos administrativos de natureza interna ou externa deverá relacionar, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas, alteradas ou suspensas com a entrada em vigor do referido ato.

**Parágrafo único.** Cabe à Dibib atualizar os metadados dos atos depositados anteriormente, indicando a nova situação quando ele for alterado, revogado ou suspenso:

~~**Parágrafo único.** Cabe à Dibib e às Sebibs atualizar os metadados dos atos depositados anteriormente, indicando a nova situação quando ele for alterado, revogado ou suspenso. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#) (Transformado em § 1º, com nova redação, pela [Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016](#))~~

§ 1º Os metadados dos atos depositados anteriormente serão atualizados pela Dibib e pelas Sebibs, que indicarão a nova situação quando forem alterados, revogados ou suspensos. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

§ 2º Os metadados do inteiro teor de julgados depositados anteriormente serão atualizados pela Dibib, que indicará a nova situação quando forem alterados, revogados ou suspensos. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

~~**Art. 15.** É proibida a retificação de ato administrativo já publicado no Boletim Eletrônico ou na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1.~~

~~**Art. 15.** É proibida a exclusão de ato administrativo já publicado na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

**Art. 15.** É proibida a exclusão de ato administrativo e de inteiro teor de julgado dos órgãos colegiados administrativos já publicados, respectivamente, na Coleção Atos Administrativos e na Coleção Jurisprudência Administrativa. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

§ 1º Em caso de erro material, incorreção ou necessidade de alteração de atos já publicados, novo ato deve ser depositado pela unidade emissora, com as devidas atualizações nos metadados, mencionando-se a republicação e o motivo que lhe deu causa:

§ 1º Em caso de erro material, incorreção ou necessidade de alteração dos documentos já publicados, novo ato ou inteiro teor do julgado deve ser depositado pela unidade responsável, com as devidas atualizações nos metadados, mencionando-se a republicação e o motivo que lhe deu causa. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

§ 2º Quando detectada incorreção na descrição dos metadados ou quando os atos estiverem em desacordo com o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, a Dibib rejeitará eletronicamente o depósito e solicitará às unidades depositantes nova inclusão com as correções necessárias:

~~§ 2º Quando detectada incorreção na descrição dos metadados ou quando os atos estiverem em desacordo com o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, as DIBIB/SEBIBS rejeitarão eletronicamente o depósito e solicitarão às unidades emissoras nova inclusão com as correções necessárias. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

§ 2º Quando detectada incorreção na descrição dos metadados ou quando os documentos estiverem em desacordo com o Manual de Inclusão de Dados na BDTRF1, a Dibib rejeitará eletronicamente o depósito e solicitará às unidades depositantes nova inclusão com as correções necessárias. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 16.** Os atos administrativos depositados no Boletim Eletrônico ou na Coleção Atos Administrativos devem apresentar a data de assinatura do respectivo ato e o nome do seu signatário.

**Art. 16.** Os atos administrativos depositados na Coleção Atos Administrativos devem apresentar a data de assinatura do respectivo ato e o nome do seu signatário. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 16.** Os atos administrativos e o inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos depositados, respectivamente, na Coleção Atos Administrativos ou Coleção Jurisprudência Administrativa da BDTRF1 devem apresentar a data de assinatura do respectivo documento e o nome do seu signatário. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 17.** A responsabilidade pelo conteúdo do texto, pela fidedignidade das informações e pela revisão gramatical dos atos administrativos depositados na BDTRF1 é da unidade emissora.

**Art. 17.** A responsabilidade pelo conteúdo do texto, pela fidedignidade das informações e pela revisão gramatical dos documentos depositados na BDTRF1 é da unidade emissora. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 18.** Os atos administrativos depositados na respectiva coleção da BDTRF1 até às 15 horas, desde que enviados corretamente, serão publicados no mesmo dia e aqueles depositados após esse horário serão publicados no dia útil subsequente.

**Art. 18.** Os atos administrativos de natureza interna depositados na respectiva coleção da BDTRF1 até às 17h (horário oficial de Brasília) desde que enviados corretamente, serão publicados no mesmo dia, e aqueles depositados após esse horário serão publicados no dia útil subsequente. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 18.** Os atos administrativos e o inteiro teor dos julgados dos órgãos colegiados administrativos depositados na coleção da BDTRF1 até às 17 horas (horário oficial de Brasília), desde que enviados corretamente, serão publicados no mesmo dia e aqueles depositados após esse horário serão publicados no dia útil subsequente. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Parágrafo único.** Em casos excepcionais, o ato depositado após as 15 horas poderá ser publicado até as 17 horas do mesmo dia, desde que enviado corretamente e solicitado por escrito pelo titular da unidade depositante.

**Parágrafo único.** Em casos excepcionais, o ato depositado após as 17h (horário oficial de Brasília), poderá ser publicado até as 19h (horário oficial de Brasília) do mesmo dia, desde que enviado corretamente e solicitado por escrito pelo titular da unidade emissora. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Parágrafo único.** Em casos excepcionais, o documento depositado após as 17 horas (horário oficial de Brasília) poderá ser publicado até às 19 horas do mesmo dia, desde que enviado corretamente e solicitado por escrito pelo titular da unidade depositante. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 18-A.** Os atos administrativos de natureza externa depositados na BDTRF1 que forem aprovados pelas áreas de Biblioteca até as 17h (horário oficial de Brasília) dos dias úteis serão disponibilizados no Caderno Administrativo único consolidado do e-DJF1 no mesmo dia. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Parágrafo único.** Em caso de matéria administrativa urgente que precise ser disponibilizada após a liberação do Caderno Administrativo consolidado do dia, poder-se-á disponibilizar edição extraordinária do e-DJF1, mediante autorização da Diretoria-Geral do Tribunal, a ser elaborada manualmente pela área de Biblioteca após a sua inclusão na base de dados pela unidade publicadora e a sua devida aprovação. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 19.** Para os efeitos desta Portaria, consideram-se atos administrativos do TRF 1ª Região, entre outros que demandem conhecimento de terceiros:

**Art. 19.** Para os efeitos desta Portaria, consideram-se atos administrativos do Tribunal e

das seções e subseções judiciárias entre outros que demandem conhecimento de terceiros. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 19.** Para os efeitos desta Portaria, entende-se por jurisprudência administrativa o inteiro teor dos julgados proferidos pelos órgãos colegiados administrativos e por atos administrativos do TRF 1ª Região e das seções judiciárias, entre outros que demandem conhecimento de terceiros, os discriminados nos dispositivos que se seguem: [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

- I – decisões administrativas;
- II – atas e pautas administrativas;
- III – providimentos, resoluções, portarias, orientações e instruções normativas;
- IV – editais administrativos, avisos e comunicados;
- V – expedientes, extratos, termos, ordens de serviço e enunciados;
- VI – contratos, convênios, aditivos e distratos;
- VII – despachos de autoridades administrativas relacionados a interesses individuais;
- VIII – atos oficiais que autorizem, permitam ou concedam a execução de serviços por terceiros; e
- IX – atos relativos a pessoal cuja publicação decorrer de disposição legal.

#### **CAPÍTULO VIII DA DESATIVAÇÃO DAS DEMAIS BASES DE DADOS E VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

~~**Art. 20.** A edição do Boletim de Serviço do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, instituído pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, será gradativamente desativada em face da implantação da coleção Boletim Eletrônico na BDTRF1.~~

**Art. 20.** A edição do Boletim de Serviço do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, instituído pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, será gradativamente desativada em face da implantação da Coleção Atos administrativos na BDTRF1. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~§ 1º No período de 24/06/2014 a 30/06/2014, a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá de forma concomitante no Boletim de Serviço e no Boletim de Eletrônico, para os atos de natureza interna; e no e-DJF1 e na Coleção Atos Administrativos, para os atos de natureza externa.~~

§ 1º No Tribunal Regional Federal 1ª Região: [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

I – No período de 24/06/2014 a 30/06/2014, a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá de forma concomitante no Boletim de Serviço e no Boletim Eletrônico, para os atos de natureza interna; e no e-DJF1 e na Coleção Atos administrativos, para atos de natureza externa. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

II – A partir de 1º/07/2014 a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá somente por intermédio da Coleção Atos administrativos para os atos de natureza interna e externa, desativando-se definitivamente o Boletim de Serviço. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~§ 2º A partir de 1º/07/2014 a veiculação dos atos administrativos do Tribunal ocorrerá somente por intermédio do Boletim Eletrônico, para os atos de natureza interna, e da Coleção Atos Administrativos, para os atos de natureza externa, desativando-se definitivamente o Boletim de Serviço.~~

§ 2º Nas seções e subseções judiciárias: [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

I – A partir de 1º/12/2015 a veiculação dos atos administrativos da Justiça Federal

ocorrerá somente por intermédio da Coleção Atos administrativos para os atos de natureza interna e externa, desativando-se definitivamente o Boletim de Serviço. [\(Incluído pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 21.** A base de dados Documentos Oficiais, antigo repositório de atos administrativos, disponível no Portal do TRF 1ª Região, no menu Legislação/submenu Atos Normativos (na internet) ou no menu Atos do Tribunal/submenu Atos Normativos (na intranet), será desativada no dia 1º/07/2014 em face da implantação da Coleção Atos Administrativos na BDTRF1.

~~§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica às bases de dados Documentos Oficiais das páginas eletrônicas das Seções e Subseções Judiciárias que contiverem atos administrativos locais.~~

§ 1º Nas seções e subseções judiciárias a base de dados Documentos oficiais será desativada no dia 1º/12/2015. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

~~§ 2º A consulta aos atos administrativos do TRF 1ª Região mediante a base de dados Pergamum será inibida temporariamente, com vistas a incentivar o uso da pesquisa de atos normativos na BDTRF1. [\(Revogado pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)~~

~~§ 3º Cabe à Seção de Conteúdo Web da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação providenciar a atualização do Portal do TRF 1ª Região, de modo a excluir os links para as bases Documentos Oficiais e Pergamum e incluir link apontando para a Biblioteca Digital, com submenus Boletim Eletrônico e Atos Administrativos.~~

§ 3º Cabe à Seção de Conteúdo Web da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação providenciar a atualização do Portal do TRF 1ª Região, de modo a excluir os links para as bases Documentos Oficiais e Pergamum e incluir link apontando para a Biblioteca Digital. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 22.~~ A veiculação dos atos administrativos do TRF 1ª Região será efetuada no Boletim Eletrônico e na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1, no Portal do TRF 1ª Região a partir do dia 24 de junho de 2014.

**Art. 22.** A veiculação dos atos administrativos do TRF 1ª Região será efetuada na Coleção Atos Administrativos da BDTRF1, no Portal do TRF 1ª Região. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 22-A.** A veiculação da jurisprudência administrativa do TRF 1ª Região será efetuada na Coleção Jurisprudência Administrativa da BDTRF1, no Portal do TRF 1ª Região. [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

~~Art. 23.~~ As unidades depositantes deverão informar à unidade gestora, por escrito, o nome do servidor responsável pelo depósito dos atos, bem como o de seu substituto.

~~Art. 23.~~ As unidades depositantes deverão informar à unidade gestora, por e-mail, o nome dos magistrados, servidores e colaboradores dos quadros de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região responsáveis pelo depósito dos atos, bem como o de seu substituto. [\(Redação dada pela Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015\)](#)

**Art. 23.** A unidade depositante deverá informar à unidade gestora, por e-mail, o nome do magistrado, servidor ou colaborador responsável pelo depósito dos atos e da jurisprudência administrativa bem como o do substituto. [\(Redação dada pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Parágrafo único.** A Dibib providenciará os treinamentos necessários aos servidores indicados pela unidades depositantes.

**Art. 24.** A Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação deverá providenciar a alteração da Resolução Presi 600-11 de 04/10/2007 para determinar que os atos administrativos de caráter externo passem a ser publicados exclusivamente na Coleção Atos Administrativos.

**Art. 25.** A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá tomar as providências necessárias para que todos os atos administrativos publicados na BDTRF1 sejam certificados digitalmente a partir de 1º de outubro de 2014.

**Art. 25-A.** A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá tomar as providências necessárias para que a jurisprudência administrativa publicada na BDTRF1 seja certificada digitalmente. [\(Incluído pela Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016\)](#)

**Art. 26.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.

**Art. 27.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, a Portaria Diges/Presi 671 de 14/08/2001 e a Portaria Presi/Secge 76 de 24/03/2014.

Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO

Presidente

**Portaria Presi Secge 217 de 20 de junho de 2014**, assinada pelo presidente, desembargador federal Cândido Ribeiro, em 20/06/2014, publicada no e-DJF1, ano 6, n. 121, p.3, 26 jun. 2014. Data de disponibilização: 27 jun. 2014.

**Portaria Presi 384, de 6 de novembro de 2015**, assinada eletronicamente por Cândido Ribeiro, presidente do TRF 1ª Região, em 06/11/2015, às 14:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador 1345701 e o código CRC 87B19F32.

**Portaria Presi 328, de 28 de setembro de 2016**, assinada eletronicamente por Hilton Queiroz, presidente do TRF 1ª Região, em 28/09/2016, às 17:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador 2861058 e o código CRC 50AF577F.